



*EBC - Empresa Brasil de Comunicação
SCRN 502, Bloco B, nº 80
70720-502 Brasília DF
Caixa Postal 08840
Fone: (61) 3799-5200*

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC

Data – 15 de setembro de 2010

Hora – 9h

Local – Sede da EBC

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Senhoras e senhores, bom-dia. Estamos aqui hoje nessa Reunião Extraordinária para dar continuidade à discussão sobre Operador de Rede Digital.

Ontem nos foi entregue um documento elaborado pelo nosso Conselheiro Takashi, que fez uma análise do projeto. Hoje, ele vai ter a oportunidade de tecer alguns comentários sobre o assunto.

Contamos com a presença do Sr. José Roberto Garcez e sua equipe, Diretor de Serviços da EBC, que vai nos atualizar sobre a

programação do Operador de Rede Digital; do Sr. André Barbosa, assessor especial da Casa Civil, que também fará uma apresentação; e representando o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ministro Sérgio Rezende, temos a presença do Dr. Nelson Simões, diretor da ARNP.

Temos até o meio-dia, sem intervalo. Há ali um café.

Vamos dar início com a apresentação do tema que será feita pela presidente Tereza Cruvinel. Em seguida, ouviremos o Sr. José Roberto Garcez.

De acordo com a dinâmica da reunião, damos os encaminhamentos pelo Conselho Curador, com relação a como vamos tratar a questão daqui para frente.

Tereza, por favor.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Bom dia a todos. Só vou introduzir a questão e fazer algumas situações do projeto no contexto deste momento.

Lemos o parecer do Conselheiro Takashi. Achei muito consistente, muito interessante, muito importante para que os Conselheiros percebam. Penso que é uma contribuição muito importante até para mim mesma que não conhecia tão completamente o uso dos operadores de rede no mundo. Ou seja, ao contrário do que

muita gente pensa, a EBC não está inventando isso. Operador de rede, nas apresentações que fazemos em alguns auditórios, as pessoas pensam que operador de rede é uma invenção da EBC, quando é uma prática tecnológica recente, mas já consolidada em alguns países, como ele bem demonstra.

Hoje, preciso dar algumas informações de ordem institucional para situar o debate aqui no Conselho. A idéia do projeto de operador de rede ainda não bem delineada, não transformada num projeto, surgiu antes mesmo da criação da EBC, quando o governo brasileiro concebia o sistema brasileiro de TV Digital. As áreas envolvidas e o projeto da TV Digital brasileira já olhavam para a Europa e para outros países onde se praticava o operador de rede como sistema de distribuição de sinal digital diferente da produção e distribuição de programação. Separar infra-estrutura de conteúdo. Já se discutia isso nesse momento, antes da EBC, como um projeto do Estado Brasileiro, portanto, não é um projeto da EBC, que veio a ser criada depois para dar conta de conteúdos para a comunicação pública e de alguns serviços, inclusive, dessa infra-estrutura para a TV Digital.

Na medida em que as redes privadas brasileiras montaram ou estão montando suas próprias infra-estruturas de transmissão digital... Hoje, se pegarmos a maior rede brasileira, ela já tem cobertura em quase todas as capitais e em algumas grandes cidades. A Globo já montou suas torres, quer dizer a sua infra em quase todas as capitais e em algumas cidades de médio porte. As outras

televisões privadas estão indo no mesmo compasso.

É para as televisões públicas e não para a EBC, exclusivamente, para a TV Brasil ou para a TV Brasil Internacional. Não foi para as televisões da EBC que esse projeto foi concebido, mas para o campo público, ou seja, onde estão as televisões estatais ou públicas.

Nas últimas semanas, e isso já transcorria no momento da última reunião do Conselho Curador, quando se marcou esta reunião aqui, informamos que havia um trâmite no Ministério do Planejamento, Tesouro Nacional e Tribunal de Contas da União. É um projeto caríssimo e muito importante que envolve, portanto, uma série de decisões em nível de estado, não em nível de EBC, como financiamento, regramento etc.

Naquela ocasião, havia duas tramitações, inclusive, alguém aqui sugeriu que se suspendesse essa tramitação. Eu falei que isso não era possível, porque são coisas que têm uma dinâmica própria. Se for preciso fazer mudança, faz-se lá na frente, mas a tramitação é demorada. O Tesouro Nacional analisa vários projetos de investimentos. O Brasil está fazendo grandes investimentos em infra-estrutura em várias áreas: portos, estradas, transportes, ferrovias etc. Tudo isso passa por avaliação de investimentos nacionais. Esse projeto também se alinha entre os grandes projetos de infra-estrutura de interesse do Estado Brasileiro e é para ser desenvolvido em parceria com o setor privado. Daí a parceria público-privada.

Concluíram os técnicos do Ministério do Planejamento que este projeto, se nominalmente executado pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, não poderá ser beneficiado pelas chamadas garantias do fundo garantidor de investimentos, que é um fundo federal que alavanca investimentos privados, dando algumas garantias do Estado Brasileiro, porque o fundo garantidor só pode beneficiar projetos da administração direta. Sendo esse projeto muito mais abrangente, alcançando não apenas os interesses da EBC, ou seja, não apenas os canais da EBC, porque serão feitas transmissões de conteúdos em sistema digital por essa infra-estrutura e também por outros entes públicos e estatais, decidiu-se ali que a EBC não poderá ser a titular desse projeto e sim a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou qualquer outro ministério, desde que seja da administração direta. É importante que os Conselheiros registrem essa informação, porque isso implicará em alguma mudança importante. A titularidade desse projeto deixa de ser da EBC.

Agora, é claro se terminar assim, com a titularidade da Secom, ela terá de subcontratar a EBC e colocá-la como interveniente, porque a Secom não conta com recursos técnicos, com pessoal, com uma série de coisas para executar o projeto. Não falo executar do ponto de vista final, porque a execução propriamente dita será da empresa vencedora da licitação da PPP, mas neste momento ainda estamos sobre o impacto de menos de duas semanas atrás, desta conclusão dos técnicos do Ministério do Planejamento e do Tesouro Nacional. É importante ter isso em conta.

Segundo, como eu situava, é um projeto de interesse do Estado, uma política de Estado, ele precede até a EBC. Por isso, convidei o Dr. André Barbosa, que é da Casa Civil, que desde o início da implantação do sistema brasileiro de TV Digital esteve relacionado com dois grandes projetos de infra-estrutura, o operador de rede e o projeto nacional de banda larga.

Aqui, na última reunião do Conselho, houve uma ou mais intervenções que diziam: Para que esse operador de rede se vem aí a banda larga? A banda larga não substitui a necessidade do projeto operador de rede. Eles podem se complementar. Isso depende das circunstâncias geográficas de cada lugar, mas ele não é um substituto, ele não suprime a necessidade de distribuição de rádio difusão digital. Convidei o André porque acho que ele pode contribuir muito para aclarar essas questões.

Quero agradecer a presença do Dr. Nelson Simões, da ARNP, porque penso que ele aportará importantes contribuições, porque houve aqui uma confusão entre operador de rede e banda larga. Sua presença muito contribui e te agradeço por estar aqui.

Vamos fazer assim agora, se o diretor jurídico quiser complementar rapidamente sobre o que se passou no âmbito do governo, sobre planejamento, sobre a questão da titularidade, você poderá me complementar. Vamos ser objetivos e rápidos. Depois, o Garcez, que é o diretor responsável pelo projeto dentro da EBC, fará a

apresentação, ajudado nas minudências técnicas pelo Kaiser, que é o nosso gerente do projeto. Após, o André e o Professor Simões farão suas intervenções.

Fizemos este consórcio, Presidente, porque achamos que ele é mais eficiente. Obrigada.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico)

– Realmente, essa posição foi muito debatida dentro do governo, sobre a possibilidade ou não de a EBC ser a titular ou a empresa contratante ou licitante deste projeto. A princípio, entendemos que poderia ser a contratante, contudo a lei que rege as PPPs faz uma previsão da constituição de um fundo garantidor. E a constituição desse fundo garantidor pressupõe o aporte de recursos específicos, de recursos realmente existentes, e não ficção orçamentária, por parte daqueles que integrarão o fundo garantidor.

Na previsão legal não há uma expressa inscrição da empresa pública como uma empresa cotista do fundo garantidor. E mais adiante desse dispositivo, que há essa previsão, há uma determinação de que só podem utilizar o fundo garantidor aqueles entes ou aqueles órgãos que cotizaram o fundo no limite do valor das suas cotas. Quer dizer, isso implicou em uma restrição da EBC acionar o fundo garantidor.

Ora, por que é importante ter um fundo garantidor num

projeto dessa magnitude? O fundo garantidor dá segurança ao mercado para ele se lançar num projeto tão caro e que tem uma perspectiva de construção de longo prazo. Acreditou-se que era mais correto, do ponto de vista jurídico e de mercado, e para o bem da própria licitação, que a Secom assumisse a titularidade desses contratos em função da necessidade de utilização do fundo garantidor. Essas são as minhas palavras num breve relato, Presidente.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Obrigada. Esclarecedor.

Garcez.

O SR. JOSÉ ROBERTO GARCEZ (Diretor de Serviços) –

Bom dia a todos e todas. Obrigado pela participação dos Conselheiros.

Em primeiro lugar, quero fazer um elogio, que nunca será suficiente, ao trabalho do nosso Conselheiro Takashi, que, embora ainda não tenhamos lido no detalhe, e ele é bastante profundo para exigir uma leitura muito atenta, a transversal aponta excelentes contribuições, coloca dúvidas com as quais compartilhamos, inclusive, mas tenho certeza de que essa elaboração vai nos ajudar coletivamente a encontrar melhores respostas para a sociedade e não para a EBC ou para quem quer que seja. Para que a sociedade possa

desfrutar desse avanço tecnológico para ampliar o seu acesso a conteúdos, à informação, a serviços, a todas as vantagens e benefícios que uma rede digital pode proporcionar.

Eu destacaria, entre tantos detalhes, esse histórico elaborado pelo Conselheiro Takashi, porque ressalta algo que sempre procuramos destacar e que, muitas vezes, não é compreendido aqui no Brasil como um todo. Não falo desse fórum específico aqui, mas do conjunto das apresentações, muitas vezes, até em apresentações técnicas. Esse histórico vai ao detalhe de mostrar a diferença de modelos entre, por exemplo, a televisão da Europa e a televisão do Brasil. Aqui é uma concentração de todo o processo de elaboração de conteúdo da sua distribuição. Esse é o modelo consagrado na televisão brasileira. E o projeto de operador de rede muda esse paradigma. Muitas vezes, isso causa estranheza e não a compreensão. Portanto, entre tantas outras contribuições que são de conteúdo sobre o projeto, essa contribuição específica no detalhe histórico, apresentado pelo Conselheiro Takashi, ajuda muito a esclarecer a natureza do projeto e o que significa efetivamente um sistema de operador de rede e a mudança que esse sistema traz para o modelo a que estamos acostumados de distribuição de sinal de imagem aqui no Brasil.

A apresentação que trouxemos hoje busca complementar um pouco daquilo que foi a apresentação anterior, que já fizemos ao Conselho. Tentamos identificar algumas questões que ficaram em dúvida naquele momento. Não queremos estendê-la muito para dar

tempo ao debate. Ela serve para que tenhamos um roteiro de debates.

A nossa equipe: o Kaiser, que a Tereza já apresentou, o Emerson, que é da área de suporte, a Clarice e o Décio, que são participantes da equipe do projeto estão aqui para nos complementar.

Começamos por essa questão que já sabemos que é bastante polêmica, que é a distribuição no mundo. Esse é um dado bastante recente, que encontramos da UIT, que é a organização da ONU para as telecomunicações. Ele mostra o crescimento entre 2002 e 2009, do número de domicílios com TV. Aquela é uma curva que mostra que há 1.100.000.000 de domicílios em todo o mundo, em 2002, e hoje chegamos a quase 1.300.000.000. Isso, nesse espaço de 7 anos, atingindo hoje perto de 79% da população, ou seja, 79% dos domicílios no mundo hoje têm aparelho de televisão para recepção.

Esse aqui é uma lâmina universal, que também já apresentamos, que é um resumo do que se pretende com o projeto, alcance em todos os estados, em todas as 27 capitais. Esse terceiro, que é o mais importante, é o limite que colocamos no projeto, é o limite mínimo, ele deve alcançar 273 cidades, com mais de 100 mil habitantes em todo o Brasil. Isso significa que haverá redes em todas as regiões metropolitanas e também nos aglomerados, não apenas de capitais, mas também de cidades do interior. No total, a previsão. E esse é sempre um dado, o mínimo exigido para o processo licitatório,

é que haja cobertura para 1.012 cidades, o que significa uma população atingida de perto de 121 milhões de pessoas. Dados atuais do IBGE e que equivalem a mais de 63% da população brasileira.

Aqui também é um *slide* que mostra algumas das vantagens e que consolida muito essa idéia a diferença que temos de um projeto que integra o conjunto das emissoras de TVs públicas federais na distribuição do seu conteúdo, que é o compartilhamento de infra-estrutura, a redução brutal de investimentos para o conjunto. Cada uma dos vários entes públicos que vão participar do projeto, todos iriam montar as suas estruturas se não fosse esse projeto que unifica. A diminuição do custo de operação, não apenas da implantação de investimento, mas de operação durante o período, que é uma previsão de 20 anos. Algo importante e brutal no serviço público, a economia de processo administrativo. Um processo licitatório é um processo muito lento e complexo. Se cada um dos entes fizesse o seu processo poderia, inclusive, favorecer ações no judiciário, porque poderia haver diferença de projetos e, portanto, poderia atrasar ainda mais.

Um aspecto importante que é a otimização do espectro, o uso da rede frequencial única. Sabemos que no mundo digital não há uma saturação como há no mundo analógico. No mundo analógico hoje não há mais espaço para novas emissoras. No mundo digital, essa questão é reduzida. Mas ainda assim, o projeto como foi previsto, com o uso da rede de frequência única, que vamos abordar um pouco mais adiante detalhadamente, ele diminui o uso do

espectro, portanto, favorece o aumento do número de canais, de novos canais de conteúdo.

Uma questão muito importante, que sempre ressaltamos, é que o projeto está sendo concebido para ser flexível a ponto de aceitar a cada momento e no futuro, apenas após a sua implantação, mudanças, alterações, ampliações, novas tecnologias, novos parceiros. Ele é sempre previsto para possa ser ampliado e também atualizado tecnologicamente. Sem dúvida, isso é fundamental. Ele vai dar um grande impulso à implantação, à migração do mundo analógico da televisão para o mundo digital, que é um processo no qual o governo está muito empenhado. O André Barbosa é um dos principais defensores desse processo de agilização da migração para o mundo digital.

Acreditamos que o projeto de operador único favorece isso. Ele vai estimular cada vez mais a migração, o uso da rede digital. E atendendo, inclusive, ao decreto original, que criou o SBTVD ou que criou o grupo de trabalho para finalmente criar o SBTVD, a inclusão digital pela televisão. É preciso sempre lembrar que lá em 2004... Quando houve o decreto? Em 2006, a inclusão digital era um dos objetivos fundamentais, a televisão digital favorece o processo de inclusão.

Aqui, um resumo a partir desse novo desenho institucional, anunciado pela Tereza e complementado pelo diretor Marco, da mudança da titularidade da EBC para a Secom. Esse é um resumo

executivo disso. Ele continua sendo uma parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, no entanto, feita pela Secom. O processo será desenvolvido pela Secom, como já explicou o Diretor Marco, a partir da estrutura da administração direta.

O projeto total de implantação, investimento, operação, custeio durante os 20 anos, a previsão é de um gasto de R\$ 2.871.000.000,00. Isso dará uma contraprestação máxima anual, aquilo que se pagará à empresa vencedora da licitação, a SPE, que será formada a partir da licitação, será uma contraprestação máxima anual de R\$ 165.400.000,00. Ou seja, anualmente, a partir do sexto ano, quando estará totalmente implantado, essa será a contraprestação que será paga à empresa, que corresponde a um custo, a um per capita de R\$ 1,36 por ano. Essa é uma construção prevista para 20 anos de duração, podendo ser ao final dos 20 anos renovada ou incorporada pelo Estado. Há várias opções. Se for o caso o Diretor Marco poderá detalhar.

A empresa ou consórcio vencedor da licitação, nacional ou internacional, deverá fornecer todos os materiais, todos os meios, todos os equipamentos para construção, implantação, gerenciamento, operação, monitoramento e manutenção da infra-estrutura dessa rede. Ela é responsável por todo o processo de distribuição. Tudo que hoje cada uma das emissoras de TV têm, suas estruturas, torre, pessoal, sistema de gestão, de monitoramento, tudo isso será prestado por essa empresa.

A cada uma dessas emissoras integrantes do consórcio continuará a tarefa de produção de conteúdo. A produção de conteúdo está fora. Portanto, ela receberá o sinal de cada uma das emissoras e distribuirá esse sinal. Faço uma comparação grosseira, mas acho que vale para o entendimento. Comparo com o sistema de TV a cabo. As operadoras de TV a cabo recebem os conteúdos dos vários canais nacionais, estrangeiros, enfim, o conjunto de canais, recebem e distribuem apenas. É algo que tem uma semelhança. Cada um dos canais continuará tendo a responsabilidade pela produção do conteúdo e a entrega do seu sinal para a operadora fazer a distribuição nacional.

Detalhes sobre recursos e investimento. Em equipamento, construção civil, móveis, estudos e projetos de implantação, essa é a parte de investimentos. Está prevista em R\$ 593.000.000,00. É importante ressaltar que todos esses números são estimados por nós a partir de consultas ao mercado, mas que a tradição, inclusive, nos processos licitatórios na área pública indicam que sempre há uma redução desses valores quando há o processo licitatório pela competição da licitação. Isso é uma realidade que vivemos constantemente. Consideramos todos esses valores médios a partir de uma estimativa feita no mercado hoje. Desses equipamentos, portanto, de toda essa área de investimento, estamos prevendo que 83% desses equipamentos serão produzidos no Brasil, aqui no País.

O modelo desenhado para o projeto prevê um recurso de financiamento do BNDES num total de 70% desses investimentos. O

BNDES financia recursos de produção nacional. Desses recursos, 70% poderão ser financiados. O vencedor poderá dispor desses recursos de financiamento do BNDES. O prazo de investimento, total de 5 anos, toda a estrutura implantada. E os custos seguem os valores, os limites, as regras do próprio BNDES.

Aqui, há um quadro que procura estabelecer a partir de dados, inclusive, da entidade que reúne as empresas de prestação de serviço de tecnologia da informação e da comunicação. Um quadro que procura mostrar os benefícios socioeconômicos de um projeto desse tipo. Crescimento econômico. Há um investimento nessa infraestrutura. Investimento no setor de comunicações, como já falamos. Impactos diretos em vários outros setores também. Há uma geração de empregos. Há uma geração de oportunidades de negócio em todas as áreas que são vinculadas a isso.

Esse quadro, a qualidade de vida, é muito importante, porque é aquilo que falamos, tem muito a ver com a inclusão digital. A informação pública estará muito mais disponível e acessível a um contingente muito maior da população que terá acesso. A população terá acesso às informações do conjunto de órgãos de governo, podendo inclusive se beneficiar da prestação de serviço direta, pela utilização dos canais que a TV Digital permite. São esses os serviços públicos que podem ser muito utilizados conforme a criatividade, a ambição, a ousadia de cada uma das estruturas que integrarão esse conjunto. Por exemplo, as emissoras do poder legislativo, TV Câmara e TV do Senado poderão fazer processo de consulta direto ao cidadão

aos projetos que estão em tramitação. Ou coisas desse tipo. Há muita possibilidade e participação da população nisso. Nem falo das áreas do Poder Executivo, na área de prestação de serviço de saúde e educação, enfim, várias áreas que poderão ter uma prestação de serviço direta pela televisão, que como vimos é o meio de acesso mais comum para o brasileiro.

Aqui é um quadro que já foi apresentado. Ele busca mostrar como é o modelo de negócio. Já introduzimos que a Secom é a titular do projeto de concessão administrativa. A EBC deve continuar sendo o operador a partir da delegação da Secom. Haverá o processo o licitatório, a empresa ou o consórcio vencedor formará uma empresa específica, que se chama Sociedade de Proposta Específica, que será responsável pelos investimentos e pela operação e manutenção da rede.

A própria EBC e todos os parceiros poderão utilizar esse serviço para, a partir da produção própria desse conteúdo, fazer a distribuição do sinal. Esse modelo ainda está em construção, mas uma das possibilidades é que a EBC seja sim a empresa que será contratada pelos demais parceiros para fazer a distribuição por delegação da Secom a partir de agora.

Aqui há uma amostra nos seis primeiros anos do alcance da população pela previsão do nosso projeto. No primeiro ano, perto de 20 milhões de pessoas serão atendidas, chegando ao final do sexto ano aos 121 milhões de pessoas atingidas no País.

Aqui é um cronograma que mostra de um lado, na barra inferior, o número de estruturas implantadas pela previsão do nosso projeto. Serão 216, mas isso é uma previsão apenas. A empresa que vencer a licitação poderá, no seu projeto, colocar um número maior ou menor de estações. O importante é que ela atinja aquele conjunto de população que se coloca como limite mínimo. Ao final, pela previsão do nosso projeto, no sexto ano, teríamos os 1012 municípios atingidos com as 216 estações. Insisto, esse é um número apenas do projeto, não é obrigatório. Obrigatória é a cobertura populacional e geográfica em todo o País. O número de licitações é flexível dependendo de cada um dos projetos que as empresas apresentarem.

Esse quadro mostra a mudança do sistema analógico para o sistema digital. A transmissão de um canal de televisão hoje ocupa uma faixa de 6 megahertz do espectro. Hoje, nesta faixa, é possível transmitir apenas um conteúdo pelo modo analógico. No modo digital, pelo modelo brasileiro, há várias opções. Reduzimos a apenas duas mas entre as duas há um conjunto de possibilidades que cada projeto pode desenvolver. Podemos ter um canal em alta definição com uma faixa para transmissão de dados e uma faixa para a transmissão para equipamentos móveis ou poderemos ter até 8 canais em transmissão *standard* que é uma transmissão com definição também grosseiramente aplicada ao DVD de hoje, também com a utilização da faixa de dados e com a transmissão para dispositivos móveis que, sem dúvida, é uma realidade cada vez mais presente.

Esse é o quadro atual, mas esse processo está em constante desenvolvimento e permite previsões de que teremos possibilidades como mais de uma transmissão em HDTV pelo mesmo canal de 6 megahertz, mais uma transmissão para dispositivos móveis pelo mesmo espaço de 6 megahertz. A tecnologia permite um rápido desenvolvimento e certamente, como já foi dito antes, a previsão é de que o projeto possa se beneficiar e evidentemente todos esses avanços tecnológicos também.

Esse é um desenho do conjunto dos canais que estamos prevendo a transmissão. Teríamos 3 canais de distribuição nacional, que seriam chamados Multiplex Nacionais. Esse desenho é feito conforme a demanda recebida por nós de cada um dos parceiros. Não é um quadro definitivo, apenas exemplifica um pouco os modelos até agora, mas esse é um processo ainda em construção, dependendo dos parceiros que podemos modificar. Há uma previsão de transmissão de um canal da TV Brasil, outro canal Multiplex que teria o conjunto de emissoras nacionais e dois canais para utilização dos canais federais para distribuição nacional. Um Multiplex local em todas as capitais, que é o canal da cidadania, previsto pelo Decreto nº 5.820 que prevê a criação do canal comunitário em cada uma das capitais para utilização por gestão do Ministério das Comunicações para organizações locais. O projeto também pode acolher perfeitamente outros canais locais em cada um das capitais desde que haja interesse manifestado por qualquer ente. Por exemplo, as TVs

públicas locais poderão, se quiser, participar do projeto e ter o seu canal local também desfrutando da estrutura conjunta e prevê a distribuição dos canais federais mas acolhe também outros canais locais.

Aqui, no primeiro retângulo, estão os três canais federais que entregam o seu conteúdo para um centro de controle e operações aqui em Brasília e distribuem por satélite. Esse satélite distribui o seu sinal para cada uma das estações terrestres que no nosso projeto são 215, uma é o próprio CCO. As estações terrestres espalhadas por todo o Brasil recebem sinal e distribuem a cada um dos usuários. Esse usuário tem a possibilidade da interatividade com cada um dos canais e poderá ter a utilização da interatividade com todos os canais.

Essa é uma configuração de cada um dos canais. Aquele seria do primeiro canal, mas esse é o Multiplex que prevê utilização dos canais *standard definition*. No entanto, aquele quadrinho que temos *in coder*, que é o equipamento que recebe o conteúdo de cada uma das emissoras, está equipado também para receber e distribuir em alta definição. Portanto, embora o projeto neste instante preveja a distribuição em *standard definition*, o equipamento que será instalado prevê a possibilidade da distribuição em HD. Portanto, se e quando houver a migração de cada um dos participantes do projeto, esse equipamento estará pronto e apto a distribuir o sinal em alta definição.

O próximo é o mesmo desenho. Cada um dos sinais recebe e distribui para o transmissor.

Aqui é o quadro. São os três canais, um canal HD TV, os vários canais em *standard definition*, satélite recepcionado por um *uplink* em cada uma das 215 estações e ali a distribuição depois do sinal.

O Multiplex local também está na mesma configuração, com a distribuição em serviços importantes. Os serviços de governo estão incorporados a esse canal local para dar acesso à população local para a utilização do serviço de governo.

Esse quadro mostra uma opção importante que é utilizarmos equipamentos de baixa potência. A configuração técnica poderia ser feita com utilização de transmissores de potência maior. No entanto, nossa opção foi pela utilização de canais de transmissores de baixa potência, por vários motivos. Primeiro esse projeto tem uma grande preocupação com o consumo racional de energia e esses transmissores são consumidores vorazes de energia. Os de baixa potência têm um consumo evidentemente menor, portanto, isso contribui para o meio ambiente. Também esses transmissores de baixa potência permitem a utilização mais racional. Um transmissor de alta potência abrange uma região muito mais ampla e naquela região

aquele canal tem predomínio não podendo haver a utilização. Se tivéssemos de utilizar outro canal adjacente de alta potência, poderia haver a utilização de um espectro menor para a utilização de rede de frequência única, como vocês verão adiante.

O SR. DELORGEL KAISER (Gerente Executivo do Projeto RNTPD) – A própria formação da rede de frequência única fica mais flexível e mais fácil de ser sincronizada por meio de transmissores de baixa potência, porque poderá utilizá-los para dar cobertura máxima dentro da área de cobertura, da outorga do canal. Isso também resolveria os problemas de áreas que teriam sinal fraco ou com capacidade de cobertura um pouco deficiente.

O SR. JOSÉ ROBERTO GARCEZ (Diretor de Serviços) – O transmissor máximo que utilizaremos terá um raio de cobertura de 42 Km. Trabalhamos em cima do município de São Paulo, seria um transmissor para uma cidade como São Paulo. O próximo já é um transmissor de menor potência. Se fosse em São Paulo, atingiria um raio bem menor. O terceiro, menor ainda: 18. O próximo *slide* mostra a questão da rede de frequência única, com um transmissor apenas, no caso o de maior potência entre os que usaremos. Poderemos ter um único canal repetido por outras antenas que podem dar uma

cobertura mais ampla sem que seja preciso utilizar. Por exemplo, numa cidade, o canal 25. Se não utilizássemos essa tecnologia, teríamos de utilizar o canal 25 em uma, o canal 27 em outra, o canal 38 em outra. Teríamos de ampliar o uso de espectros, diminuindo a possibilidade de que nas outras cidades pudessem ser utilizados esses outros canais. Aqui utilizaremos apenas um canal para cobrir uma região ampla, permitindo que nas regiões sejam implantados outros canais com as freqüências que não são as que teriam de ser utilizadas se usássemos outra tecnologia.

Esses são alguns dados que trouxemos para ampliar as informações que já foram prestadas na primeira reunião do Conselho. Naturalmente servem apenas para alimentar o debate para que possamos ter maiores informações.

O André Barbosa pode fazer sua apresentação para abordar outro aspecto.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Antes de o André falar, para justificar nossa movimentação ou alguma eventual saída de dirigentes, queria dar um aviso um pouco desagradável. Compartilho com os Conselheiros que chegou a notícia do falecimento do jornalista Antônio Arraes, jornalista da EBC que

sempre cobria o Conselho. Ele sempre fazia a matéria que divulgava a reunião do Conselho até pouco tempo, quando voltou a trabalhar na Agência Brasil. Ele é um jornalista com uma longa folha de serviços prestados, já trabalhou em muitos jornais deste País e inclusive eu trabalhei com ele muitos anos no jornal O Globo. Depois ele serviu muitos anos a Procuradoria Geral da República. Em suma, ele trabalhou na EBC há alguns anos, vem da antiga Radiobras e era, neste momento, um dos editores da Agência Brasil. Quando estava na comunicação social, estava atuando no Conselho como divulgador.

Talvez tenhamos de tomar algumas providências, talvez eu saia um pouco para ver como estão as coisas com a família.

Vamos prosseguir.

O SR. ANDRÉ BARBOSA (Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República) – Lamentável essa notícia. Também conheci o Antônio, presto minha solidariedade à família e à EBC. Essa notícia nos pega de surpresa e nos deixa bastante comovidos.

Cumprimento o Ministro Juca Ferreira; a Presidente do Conselho da EBC, Ima Célia Guimarães; a Presidente Tereza Cruvinel; o Secretário Carlos; o Presidente da RNP, Nelson Simões, em nome de quem cumprimento todos os amigos que vejo sempre em algum evento ou em alguma participação, seja acadêmica ou profissional; senhoras e senhores, farei uma pequena apresentação.

O Governo brasileiro, no primeiro Decreto do Presidente, nº 4.801, de 2003, previa as possibilidades de uso da televisão digital, trabalhando no aspecto da inclusão digital, da inovação, da possibilidade real de permitir uma indústria nacional de eletroeletrônica, vários contingentes que indicavam uma decisão necessária para a TV Digital já que o governo anterior tinha feito estudos, porém não havia tomado a decisão. Mesmo porque havia um conflito muito grande entre a decisão da Bert, Fórum 7, Mackenzie, que indicavam o ISDB, e parte da comunidade que indicava o sistema europeu. O sistema americano passava a ser descartado apesar de ter sido naquela época o sistema anteriormente considerado hegemônico. É importante as pessoas saberem que na SITEL de 1997, os Estados Unidos conseguiram fazer com que os países latino-americanos pudessem estabelecer uma regra hegemônica acompanhando a informação da OIT de que o Grupo 2, que seriam as Américas, deveria atuar com um único sistema digital apenas que seria o sistema norte americano. O Brasil, mesmo na época do Governo Fernando Henrique, foi o único país que não concordou. Depois, aos poucos, foi convencendo outros países através da

publicação de trabalhos feitos pela universidade brasileira que já dizia ter desenvolvimentos necessários para que pudéssemos ter contornos diferenciados de oferta em televisão digital, a partir das metodologias que a própria Anatel vinha desenvolvendo - isso aconteceu de 1998 a 2002, gerando inclusive Brasil 1, Brasil 2 e Brasil 3, que são as três metodologias usadas até hoje para avaliação dos sistemas internacionais existentes. Lógico que o chinês estava fora e não existia ainda. Isso tem de ser explicado porque essa é a razão pela qual na época o Ministro das Comunicações Miro Teixeira, assim que o Presidente Lula assumiu, ouviu as universidades que haviam colaborado nessa avaliação e evidentemente trouxe a responsabilidade para decisão de um projeto no qual havia uma série de dúvidas, inclusive a possibilidade de contribuição da universidade brasileira para atendimento das questões que não haviam sido respondidas por nenhum dos sistemas. Anteriormente a esse projeto, o Presidente Lula também pediu que pudéssemos trabalhar em conjunto, todos os ministérios, sob coordenação da Casa Civil, ao projeto de inclusão digital, que era uma das 4 vertentes dos pilares da governança do mandato do Presidente Lula, que é o desenvolvimento econômico baseado também na inclusão digital.

Hoje temos alguns projetos para discutir. Por exemplo, o Projeto Banda Larga nas escolas é um projeto de cooperação público-privada no qual há uma troca de obrigações, pela iniciativa privada e os operadores de telecomunicações hoje trocaram o PST (Postos de Serviços Telefônicos) pela oferta de pontos de distribuição multimídia

e esses pontos são o início de um projeto no qual vamos desaguar depois mais tarde no plano nacional de banda larga. Aí mostra claramente a necessidade do trabalho junto às obrigações que as operadoras já tinham e, portanto, alegavam ser um projeto de PST deficitário que as pessoas pouco usavam os postos de serviços telefônicos e queriam avançar na questão de oferecer multimídia. Os interesses privados que todos conhecem, mas não serviam exatamente porque ela atenderia as questões escolares, o projeto junto às escolas. Hoje temos 50 mil escolas com capacidade de 2 mega, a possibilidade de expansão até 2012 é 4 mega, que é insuficiente, concordo, a maioria das pessoas vai dizer que é insuficiente porém estamos trabalhando com plano nacional de banda larga de 512, ou seja, é uma situação complicada para nós no Brasil. Não temos esse tráfego porque não temos infra-estrutura. A infra-estrutura ainda não é suficiente para poder gerar esse tráfego que todos desejam, como existe na Coreia, como as pessoas estão discutindo nos Estados Unidos, como há o projeto australiano. Esses são projetos que demandam infra-estrutura e estamos tentando conseguir através da evolução do programa nacional de banda larga. Na medida em que você integra políticas de capacitação dos professores, criação de conteúdos digitais, multiplataforma para internet, para TV, na busca da formação profissional e da informação do corpo discente e docente, há a possibilidade de integração necessária para que se comece a evolução a partir da escola.

Há também um projeto de Telecentro, no qual as pessoas que se imaginavam fora do contexto de poder obter a banda larga ou a conexão poderiam ser suportadas por políticas públicas nas quais haveria a oferta coletiva através da inclusão digital por telecentros. O número é muito insuficiente feito até agora até porque as pessoas não entendiam claramente se deveriam investir mesmo nos telecentros maciçamente, como houve o projeto do Ministro Gushiken, em 2003, chamado Casas Brasil e não prosperou. Na verdade a idéia é montar mais 15 mil telecentros para que pudesse atender em alguns pontos do país mais incapacitados e deprimidos a possibilidade de ter essa oferta coletiva de informação pela rede web.

O programa nacional de banda larga oferece banda larga a todos os brasileiros até 2014. Oferece a banda larga, oferece um *back roll*, oferece a possibilidade do acesso. O acesso em si é outra discussão complicada que está sendo travada pois demanda um custo muito maior do que o custo da integração do *back roll*. Essa discussão hoje está se fazendo com 100 cidades-piloto que os senhores já tomaram conhecimento. Campinas por exemplo é uma das que suscitou o debate, as pessoas imaginaram que Campinas já tivesse cobertura, mas as pessoas se esquecem da periferia de Campinas que não tem cobertura e são as periferias que estamos querendo atingir. Esse projeto também indica que em 2014 podemos ter uma estrutura de oferta de sinal de *back roll* para chegar até o acesso e estimamos que esse acesso entre 8 a 10 anos, quer dizer, é um processo que será feito junto à iniciativa privada. É uma

possibilidade real, mas pode ser feito também pela iniciativa pública. As pessoas não gostam de ouvir isso no mercado, mas é uma verdade, porque eles não chegam a oferecer e não chegaram a oferecer descumprindo inclusive as regras de universalização e esperamos que possamos cobrir de forma mais genérica.

O outro é o compromisso de convergência com o programa de TV Digital Pública que eu solicitei através da Ministra Dilma e agora da Ministra Erenice: que fosse colocado no projeto como canal de retorno para TV Digital Pública a possibilidade de ter oferta no programa nacional de banda larga do canal de retorno pela web para que pudéssemos integrar no delta, lá na frente, os dois sistemas. É isto que gostaríamos que acontecesse: a interação de sistemas, não a exclusão de sistemas.

Há um novo conceito de televisão. Não quero abrir uma página de discussão sobre isso, mas sei que algumas pessoas presentes foram críticas dessa escolha e entendemos por que, há um histórico muito interessante, com uma história perversa do uso da verticalização e da concentração do poder na mídia e televisão. Sabemos que essa é uma realidade no País. Mas queríamos quebrar isso através da TV Pública. Queríamos trabalhar dentro da televisão sabendo que a televisão era o veículo de maior penetração no País - 98% hoje e não mais 96%. No CGI – Conselho Gestor da Internet, do qual sou Conselheiro.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – A informação é muito interessante, porém, não tem a ver com a nossa discussão central. Tenho a preocupação porque o nosso tempo é limitado. Temos uma discussão estratégica a ser travada. Somos muitos Conselheiros. Tenho a impressão de que a informação deveria ser mais econômica e mais centrada no aspecto fundamental que nos interessa atualmente. Essa informação é interessante, mas está fugindo do escopo. Deveríamos caminhar para encerrar essa etapa da informação e começar a discutir o que nos reúne atualmente. Ainda teremos mais informantes e daqui a pouco a informação ocupa o tempo que deve ser destinado à discussão.

Por mim, considero-me suficientemente informado para entrar na discussão e tenho receio de que a informação ocupe afinal um tempo excessivo considerando as nossas disponibilidades.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Talvez fosse interessante, porque talvez mais adiante esteja a informação relacionada à discussão de hoje, que é Operador de Rede Digital.

Se você tiver mais alguma contribuição, por favor, o senhor pode fazer agora.

O SR. ANDRÉ BARBOSA (Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República) – Vou encerrar por aqui fazendo uma ressalva. Represento a Casa Civil da Presidência da República, não sou um interlocutor de forma nenhuma fora do projeto que estamos discutindo aqui. Ao contrário, nascemos com o projeto nessa estrutura.

O senhor me desculpe, até gostaria de saber o seu nome. O senhor é um conselheiro e gostaria de saber seu nome.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Daniel Aarão.

O SR. ANDRÉ BARBOSA (Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República) – O senhor representa...

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – A sociedade.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – Isso não tem a ver...

O SR. ANDRÉ BARBOSA (Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República) – Tem a ver sim!

CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING – Estou muito desconfortável.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – Acho essa inquirição dessa forma a um conselheiro absolutamente inaceitável em qualquer Conselho, por mais ilustre e relevante que seja o convidado.

O SR. ANDRÉ BARBOSA (Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República) – Fui convidado a falar e o senhor me cortou a palavra, só isso. Posso me retirar e ficamos numa outra posição depois. Estou aberto a falar com vocês a hora que vocês quiserem, é só me procurar no Palácio do Planalto.

Agora, está claro que essa posição é política, evidentemente, não me deixaram apresentar a posição. Isso não é uma coisa muito aceitável, da minha parte.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Por favor, não é isso. O senhor foi convidado, esta é uma reunião do Conselho Curador, o convite ao senhor veio da Diretora Presidente Tereza Cruvinel, que infelizmente não está aqui agora.

O SR. ANDRÉ BARBOSA (Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República) – Não discuto o convite, Presidente, discuto a maneira pela qual as pessoas interpelaram. Percebo um acirramento de ânimos em relação a minha presença.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Apenas estamos preocupados com o tempo, nós todos somos muito ocupados, estamos há dois dias conversando sobre diversos assuntos importantes para a sociedade, este é o Conselho Curador da EBC, sua participação foi importante, se o senhor tiver mais alguma informação a dar com relação à discussão de hoje, Operador de Rede Digital, por favor, conclua a fim de que possamos dar os encaminhamentos internos do Conselho.

O SR. ANDRÉ BARBOSA (Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República) – Agradeço pela paciência das pessoas que me ouviram. Não pude terminar minha apresentação. Eu ia falar um pouco sobre a qualidade da TV Digital e da implementação de um projeto na América Latina no mundo inteiro. Há uma comissão indo para a África na sexta-feira para promover um projeto da TV Digital Interativa para alcançar essa ferramenta da inclusão digital. Infelizmente não tive essa oportunidade, quem sabe em outro momento possa fazê-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Estou lhe pedindo que faça, se tiver mais alguma contribuição a dar com relação ao tema, mas diretamente relacionado ao tema operador de rede digital.

O SR. ANDRÉ BARBOSA (Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República) – É exatamente esse tema que envolve um cenário por trás da questão da sobrevivência da televisão, de um projeto aberto de televisão que é o que nós defendemos.

Eu ia adentrar nessa questão e não havia motivo algum para que isso pudesse ser colocado. Reconheço que o tempo pode ter sido um pouco longo e peço desculpas a vocês por ter aumentado. Infelizmente não pude completar, fica para uma próxima oportunidade.

Agradeço bastante a possibilidade de estar falando com vocês e a atenção de todos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Muito obrigada então.

Temos o documento que o Conselheiro Takashi produziu e seria pertinente que ele pudesse fazer uma breve apresentação como subsídio para discussões que terão em seguida.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Bom dia a todos.

Se os senhores e as senhoras me permitem, ao invés de fazer uma apresentação ou discorrer sobre todas as questões, gostaria de eleger duas questões que me parecem mais pertinentes. Havendo oportunidade de tempo, discutimos as demais.

A primeira questão é a 2.1 que está logo no começo, na página 16. Independentemente se esse projeto estará na EBC ou estará na Secom, não faz diferença. A dúvida é a seguinte: a EBC tem realizado um brilhante trabalho técnico – o pessoal técnico, tanto da informática, quanto o próprio Garcez, que tem feito um trabalho exaustivo de modernização da planta atual. O que significa a planta atual? Basicamente são as emissoras analógicas. Claro, também, com a introdução da tecnologia digital em cidades como São Paulo,

Rio de Janeiro e Brasília. Esse é um trabalho muito nobre. Por outro lado, existe o projeto da Rede RTPD que seria totalmente terceirizada; que construiria uma rede totalmente diferente e que não teria nada a ver praticamente com essa primeira rede.

Preocupa-me alguns aspectos, como, por exemplo, a duplicidade de esforços e investimentos de recursos. Também me preocupa uma outra questão mais significativa. É o seguinte: a capacidade técnica dos profissionais da EBC. Pegando o exemplo tanto da Inglaterra, quanto da França, e outros países da Europa, vemos que o operador de rede...

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Seria bom que explicássemos. O Sr. André estava fazendo sua apresentação e esta foi além da discussão da reunião extraordinária de hoje. O conselheiro Daniel colocou essa questão e pedi que ele finalizasse, se tivesse um tempo, dentro do tema. Ele pensou que estavam cassando a palavra dele e resolveu não finalizar com a discussão dentro do tema e, sim, se retirar, inclusive inquirindo o Daniel sobre o nome dele, etc. O conselheiro Paulo se manifestou dizendo que isso era inadmissível. Eu dei mais um tempo para ele, que não quis finalizar a apresentação no tema da discussão de hoje, dessa reunião extraordinária que é voltada para a discussão da rede operador digital. Foi isso que aconteceu. Ele se retirou e estamos dando continuidade à reunião. O conselheiro Paulo quer falar?

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHIRO – Qualquer conselheiro tem o direito de pedir uma questão de ordem e mencionar. O visitante se comportou de maneira absolutamente inadequada, pedindo o nome. Qual o seu nome? De onde você é? E atribuindo e fazendo processo de intenção. Uma posição política. Uma coisa absolutamente inaceitável em termos de convivência e regras do bom debate que tem prevalecido aqui.

Ao Conselho, presidente, não cabe nenhuma censura. Qualquer outro conselheiro também tinha o dever de dizer que estamos aqui para debater isso e o fizemos. A minha intervenção foi nesse sentido. É absolutamente inaceitável que um visitante da maior estatura que seja se dirija a um conselheiro como: “Vou denunciá-lo. Qual o seu nome?” Isso é visivelmente um posicionamento político.

Realmente, a essa altura do campeonato é um pouco cansativo. Foi isso o que aconteceu.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)
– Quero me informar melhor porque estou vendo ele se retirar. O convite foi meu para que ele fizesse parte da nossa exposição. Quando o Conselho demanda da Diretoria Executiva uma exposição tem toda a liberdade para organizar a sua apresentação. Acreditamos ser importante incorporar a experiência que vem do Governo Federal,

a iniciativa é anterior à criação da EBC. Lamento muito que tenhamos enveredado por esse caminho. Não assisti porque estou envolvida com a morte de um jornalista da Casa, uma repercussão importante que está tendo na cidade. Lamento muito.

Vamos combinar, então, quando for, senão não posso convidar ninguém. E muitas vezes eu precisarei da produção independente, de um cineasta, de uma televisão associada. A EBC tem muitas parcerias e, muitas vezes, nossas posições irão envolver outros parceiros.

Eu não assiste e não estou formando juízo nenhum, só estou dizendo que é muito lamentável.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – A situação não é em relação ao convite, mas ao comportamento dele na reunião.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHIRO – Tereza, não é nada a lamentar. A presença de todos os ministros, de todos do governo tem sido vital para esse debate, as contribuições que foram feitas ontem. Se há alguma coisa a lamentar é o comportamento do convidado. É só isso. O Conselho não tem de receber nenhuma censura.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWISKY

(Representante do Ministério da Educação) – Tenho uma proposta. O que o André estava desenvolvendo é importante, porque está querendo mostrar toda uma política que existe de integração de metadados de conteúdos com a questão da TV que estamos falando, e isso tem a ver com operador de rede. É importante que ele faça exposição ao Conselho.

Minha proposta é convidá-lo numa outra ocasião, pois aqui estamos com tempo limitado, para que possamos entender essa política de maneira mais ampla. Eu sei que é importante porque tenho ouvido. Estamos falando da integração de conteúdos digitais que tem a ver com o programa Banda Larga, que tem a ver com a TV Interativa e que tem a ver com operador de rede.

Assim, minha proposta é que possamos formular numa próxima reunião o convite para que ele possa fazer a exposição. E que possamos aproveitar esse entendimento mais global, usual o processo. Se por acaso o tempo hoje é limitado, e isso pode ter acarretado esse desconforto, mas é importante que possamos entender o que está acontecendo desse ponto de vista.

Fica aqui colocada a minha proposta.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – João, por favor.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES –

O Conselho e o conselheiro Daniel apenas exercitou uma ação básica, simples, de pedir um encaminhamento para o término da exposição que estava sendo feita para que pudéssemos tirar dúvidas, argüir o que estava sendo feito. Em nenhum momento houve uma atitude autoritária de cassar a palavra, cassar o depoimento, pelo contrário, é possível que ele volte outras vezes, qualquer outro volte. Mas as pessoas têm de ter pelo menos uma educação básica, familiar mínima, para não agir aqui como nos anos da ditadura militar: “Quem é você? Quem você representa?” Os conselheiros aqui representam a sociedade civil e o governo. Não precisam ser inquiridos, se essa representação é legítima ou ilegítima. Nada disso. Por mais que o visitante, o convidado tenha conhecimento ou traga informação, o que também pode estar disponível para muitos que estão aqui. Para muitos que estão aqui essa informação já é de conhecimento, está se revendo. Não se pode ter esse tipo de atitude, porque nos tira do foco.

Essa reunião é extremamente importante para vários assuntos da vida nacional no que diz respeito à comunicação e da nossa relação com o mundo. E paramos agora por uma atitude simples de educação. Foi apenas um encaminhamento que é possível fazer, até mesmo em fórum internacional, como a ONU. Aqui foi uma

falta de educação pessoal, individual, brutal, que nos remeteu a um período que gostaríamos de não tornar a ver acontecer num órgão que tem essa função tão pública, como a EBC.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada. Por favor, Garcez. Damos continuidade.

O SR. JOSÉ ROBERTO GARCEZ (Diretor de Serviços) – Só para confirmar a proposta do conselheiro do Ministério da Educação, professor Carlos, sem fazer evidentemente qualquer juízo sobre os debates havidos. Eu só queria lamentar que o conteúdo... Em primeiro lugar, a presença do André Barbosa, ele é uma pessoa que representa a Secom, na Casa Civil, no grupo de trabalho de implantação do operador, e pela Casa Civil é responsável pela articulação. Então, ele tem perfeito conhecimento do projeto. Como eu conheço o conteúdo, sei que ele logo chegaria ao ponto de intersecção entre a Banda Larga e o projeto do operador.

Eu só queria apoiar a proposta do conselheiro Carlos para que não privássemos o Conselho das informações que são, sem dúvida, muito ricas e, certamente, ajudarão muito o Conselho a compreender o contexto. Eu gostaria de ressaltar a questão do conteúdo que poderia ser muito útil para o Conselho debater também a intersecção entre os dois projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos dar continuidade e, depois, damos um encaminhamento.

Takashi, por favor.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Como eu dizia, pegando os exemplos da Inglaterra, vemos que quando ocorre algum processo de desmembramento no Departamento de Engenharia para que seja formada a SPE deles, é transferido todo o equipamento e todo o pessoal técnico para essa nova entidade. Seria como se a equipe da engenharia da EBC, com todo respeito a eles, ou principalmente por causa do respeito a eles, passasse a integrar a nova equipe de SPE para que cuidem não apenas da TV digital, mas também dos transmissores antigos.

Senão, o que vai acontecer? Ao longo desses vinte anos você terá de um lado uma empresa terceirizada que contará com equipamentos modernos altamente sofisticados cuidando da TV digital, e terá de outro lado um monte de técnicos na EBC insatisfeitos porque terão de dar manutenção para equipamentos que estão se sucateando cada vez mais e não terão a oportunidade de ter essa atualização tecnológica na SPE. Esse é o primeiro ponto que estou apontando aqui no item 2.1.

Um outro ponto que eu gostaria de dar destaque para discutir em seguida, depois disso, é o atendimento de todas as emissoras públicas. O projeto da forma como está concebido, independentemente de estar na EBC ou se estará na Secom, não atende a totalidade das emissoras públicas brasileiras, principalmente as emissoras de âmbito estadual e municipal. Essa questão ainda ficou sem resposta. Eram os dois pontos que eu gostaria de dar destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vou passar para as inscrições. Ana.

CONSELHEIRA ANA MARIA VELOSO – Bom dia. Quando li o documento do Takashi, e dentro de nossas discussões eu queria que ele comentasse isso também, inclusive outros conselheiros já se colocaram, da possibilidade de se discutir que o projeto não seja unicamente parceria público-privada.

É uma preocupação que tenho. Eu gostaria que o conselheiro Takashi abordasse porque ele faz essa sugestão, ele traz essa preocupação, que outros conselheiros já colocaram, e é também uma preocupação minha.

Reforço a preocupação do conselheiro Takashi em relação às emissoras públicas. Eu já fui procurada por representações dessas

emissoras públicas para esse debate, para que se o Conselho pudesse discutir junto com a diretoria essas possibilidades de integração, que sei não estão restritas. Obviamente que o projeto apresentado nas duas oportunidades oferece essa oportunidade para as emissoras públicas, mas estas gostariam de participar na mesma condição de transmissão de conteúdo e de qualidade de transmissão.

São as questões que eu gostaria que discutíssemos. Eu gostaria que o conselheiro Takashi, como estudioso, pudesse se posicionar novamente sobre essas questões para que pudéssemos pensar coletivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Mais alguém? Conselheiro Daniel.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Em primeiro lugar, penso que vamos, aqui no Conselho, ganhando cada vez mais informações a respeito do que está em jogo. Nesse ponto de vista, as intervenções iniciais e mais o documento do conselheiro Takashi tem sido muito preciosos. Essa é uma área que talvez aqui no Conselho apenas o Takashi, ou um ou outro mais, tenha informações técnicas substanciais, a grande maioria, e me incluo nessa grande maioria, ainda tem dificuldade, e isso acaba naturalmente condicionando de certo modo certos posicionamentos.

Já levantei aqui anteriormente a necessidade de o Conselho ter um dia inteiro dedicado a um seminário tecnológico, porque temos de nos adentrar nessa seara mínima mente. Não vamos nos tornar aqui engenheiros, nem técnicos, mas temos de nos adentrar, porque eventualmente essas questões incidem e têm de ser levadas em consideração para informar discussões.

Estávamos discutindo aqui antes de a reunião começar, como, às vezes, em certos debates jurídicos, ou em certos debates médicos, que os profissionais dessas áreas, às vezes até inconscientemente, se dedicam a utilizar um jargão bastante rebarbativo para os leigos, o que os exclui de uma discussão. Então, temos de pensar nisso.

Eu insisto de pensarmos num seminário num dia inteiro, que fiquemos aqui de manhã e de tarde, reunindo pessoas, técnicas, para crescermos, sem ilusões, nessa área que, a meu ver, é importante em longo prazo.

A informação que nos foi dada permite-nos, a meu ver, elaborar já a respeito, e foi por isso eu quis atalhar a intervenção que me pareceu um pouco longa do convidado, porque estava espremendo o nosso tempo que é necessário para discutir grandes questões.

A meu ver, há uma grande questão, é a necessidade de terceirizar essa companhia que vai tratar o famoso operador digital.

Então, essa primeira questão, ela tem mesmo de ser terceirizada? Segunda, se essa atividade for terceirizada, precisa ser privada? Terceira, valerá a pena entregar isso a uma empresa internacional? São questões interligadas, mas autônomas. Sobre ela tenho tentado amadurecer uma posição.

Não vejo antipaticamente a possibilidade de uma nova companhia para tratar um ente que vai se responsabilizar por essas transmissões. Penso que pode ser útil desmembrar. Vejo com simpatia esse desmembramento. Penso que a EBC pode ficar exclusivamente dedicada à produção de conteúdos e ter um ente que distribua os sinais e, inclusive, que possa estabelecer parcerias com as outras entidades de distribuição de dados, de imagens públicas.

Porém, não estou nem um pouco convencido de que esse operador digital precisa ser privado e, muito menos, internacional. O histórico que o conselheiro Takashi preparou para nós mostra que essa opção que foi tomada na Inglaterra, o histórico que ele descreveu é que as companhias privadas se sucederam, umas vendendo a outras o controle do operador digital, mas com um detalhe que o conselheiro fez questão de frisar, a BBC tem um histórico, um quadro técnico e uma definição de regulamentação que nós não temos. Segundo, mesmo assim as companhias que se sucederam no controle do tal operador digital eram todas da (*termo em inglês*). Quer dizer, há um compartilhamento ali de referências históricas, eu diria mesmo civilizacionais.

Parece-me muito perigoso no momento atual. Ninguém que acompanha a conjuntura internacional pode estar seguro de que vamos entrar num período longo de estabilidade, ao contrário, não faltam aqueles que mostram que a conjuntura internacional pode sofrer turbulências de nível acentuado, sem querer recorrer a nenhuma perspectiva apocalíptica e catastrófica, mas, de modo nenhum podemos estar seguros de que vamos enfrentar um longo período de estabilidade.

Assim, não há sentido construirmos uma empresa, inclusive, que vai utilizar equipamentos nacionais da ordem de 83%, como foi dito aqui, entregarmos a um ente privado e, muito menos, a um ente privado internacional essa operação. Inclusive, porque esse operador digital, como eu comparava com outro conselheiro de manhã, é um posto de gasolina, você instala e a clientela já está disponível. É que nem a Ponte Rio-Niterói, privatizar a ponte em que você tem milhões de carros passando, quer dizer, é só o cara instalar e pôr a mão que o dinheiro vai cair na mão dele. A demanda está assegurada, são as televisões públicas, inclusive a EBC.

Para resumir e terminar, vejo a possibilidade de que tenhamos o operador digital público, com seu conselho curador. Isso me agrada muito, essa filosofia de empresas públicas. E nos resguardaríamos, a nossa autonomia enquanto país diante de eventuais turbulências internacionais e, sobretudo, o desenvolvimento e o controle tecnológico.

Uma outra coisa que aqui foi dito é que depois de vinte anos a tecnologia volta para o país. Essas tecnologias atualmente depois de dois ou três anos já estão completamente anacrônicas. Então, você ter um ente público faria com que as tecnologias, inclusive porque elas são largamente dominadas já pelo Brasil, podiam ser melhor desenvolvidas.

Pode haver outras questões evidentemente, mas essas são questões preliminares, eu diria filosóficas, que precisariam atrair a atenção do Conselho nos debates. São questões gerais, são questões que cidadãos bem informados podem se pronunciar sobre elas sem que seja necessário grandes bagagens tecnológicas e elas são preliminares, são essenciais. Para isso que eu queria atrair a atenção aqui do Conselho em relação a elas.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Lourival, por favor.

CONSELHEIRO LOURIVAL ANTONIO MACEDO – Eu queria me solidarizar com o Daniel e também com o Paulo. Também acho essa atitude inaceitável no momento em que vivemos de democracia e que não se admite mais esse tipo de comportamento.

Eu tenho um questionamento em relação a esse projeto da EBC em que inclui o operador de sistema, a EBC, o Congresso

Nacional, o Judiciário. E pergunto se no inclui as demais TVs públicas dos estados, das câmaras legislativas, das universidades e, também, das TVs comunitárias. Como se sabe, as TVs comunitárias, rádio e TV comunitárias, não podem arrecadar, o comercial não funciona, não podem fazer propaganda de produtos, não podem vender esse tipo de serviço. Então, elas não estarão contempladas? Será só mesmo a EBC, Congresso e Judiciário?

Em relação a essa terceirização de empresa privada temos um caso da Caixa Econômica que privatizou a empresa americana que estava controlando o sistema de TIs dela. Aquilo causou muito problema. Eu mesmo sou correntista da Caixa e naquele período houve tanta intromissão dessa empresa no sistema da Caixa, inclusive as loterias ficaram com problemas, e nas contas o que houve de clonagem de cartão e saída de dinheiro da conta das pessoas, inclusive na minha aconteceu isso, foi tudo no período em que estava essa empresa. Deu um trabalho para se livrar dessa empresa e até hoje a Caixa está sofrendo e paga por isso.

O questionamento que faço é esse: se realmente precisa ser uma empresa e se não tem como incluir essas outras.

Em relação ao que o Takashi falou sobre os técnicos locais, na semana passada andei conversando com os técnicos da rádio e da TV, e há uma falta de transparência muito grande, por exemplo, ninguém sabe nada. Os técnicos não sabem quantos aparelhos, como será esse sistema, não têm informação nenhuma. E

há informações desencontradas. É aquela informação de rádio-corredor, formando um monstrengo. A informação que me chegou é assustadora da coleta de dados dos funcionários, dos técnicos.

Então, é preciso que haja um sistema de transparência em tudo isso para que o técnico se sinta imbuído do objetivo da empresa, se sinta integrado à empresa e querer crescer junto com ela, ter essa vontade, e não ficar simplesmente relegado a um segundo plano, porque isso é ruim para todo mundo, para a direção e para os funcionários.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Nelson Simões, por favor.

O SR. NELSON SIMÕES (Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia) – Obrigado. Eu queria fazer uma consideração mais a partir da experiência da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa que opera uma infra-estrutura para 600 universidades e centros de pesquisa no Brasil. De certa forma se pode olhar a RNP como o operador de uma internet avançada para educação, pesquisa e cultura no Brasil.

Seria mais fácil todas as universidades, em vez de se concentrarem na pesquisa, na geração de conhecimento, empreenderem uma infra-estrutura nacional para que essa

comunicação e colaboração pudessem ocorrer? A resposta foi dada no final de 89, quando os primeiros pesquisadores da área de computação se juntaram e disseram: “Não. Vamos precisar criar algo.” Chamaram o CNPq: “Por favor, criem um projeto de pesquisa para pensar como vamos ligar as universidades do Brasil, porque isso será importante para o nosso futuro.” Há aí o processo histórico que resultou em 2002 na institucionalização daquele projeto, que é hoje a RNP que, por acaso, é uma organização social.

O ponto importante aqui é que, sim, acho extremamente importante que para um projeto como esse, que está contemplando o futuro da TV digital e o propondo para o país todo, essa complexidade seja colocada num empreendedor capaz de lidar até com a complexidade dos avanços tecnológicos, da atualização, da capacitação, da retenção das pessoas, da agilidade de aquisição, ao longo do caminho isso será fundamental, muito importante.

A segunda consideração, um pouco mais pontual, tem a ver com: será que o PNBL ou a possível massificação nos próximos anos da Banda Larga no Brasil substitui ou compre essa função de um operador? Aí é importante ter muito claro que são coisas distintas e distintas por conta de quem recebe e como recebe, mas elas não são independentes. Então, a visão que será construída, claramente saímos daquele paradigma das três redes. Uma para voz, usava o telefone; uma para dados, tinha um certo modelo de negócios de tecnologia; uma outra para radiodifusão, que também tinha o seu modelo de negócios e tecnologia. E vamos, no futuro, viver nesses

ambientes integrados. Não vamos ter IPTV, não temos em nenhum país, substituindo radiodifusão, quer dizer, não se vislumbra isso. Sabemos que chegaremos lá. Vemos os usos, 40% dos usuários de internet no Brasil geram vídeo; 12% já colocam na rede. Isso está determinando o caminho a seguir.

É fundamental que, por exemplo, alguns aspectos do projeto, até esse documento do conselheiro aponta na integração, sejam contemplados, porque ao transportar essa informação entre as repetidoras há uma grande possibilidade de coordenação, de redução de custos e de otimização com projeto da NBL. O canal de retorno também.

É como pensar um sistema modal de transporte. Você pode pensar isoladamente, mas pode integrar. É certo que vai precisar difundir os transmissores, mas transportar essa informação em território nacional pode ser feito de uma forma conjunta e muito mais eficiente.

Esse é um primeiro ponto que teremos de contemplar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Nelson, um esclarecimento em relação ao questionamento do Daniel sobre a tecnologia nacional versus internacional. Qual seria a sua posição?

O SR. NELSON SIMÕES (Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia) – Há indústrias suficientemente capazes. Eu estava conversando com o Carlos aqui, o Brasil tem massa crítica suficiente no setor privado, profissionais. Obviamente temos demanda de capacitação extrema para viver nesse cenário, mas temos competência para um projeto desse tipo.

Estou dizendo que não sei se essa é a melhor opção, não estou advogando isso. O que estou dizendo é que o Brasil tem competência em todas essas áreas, em redes, em transportes, em produção. Temos, sim. Temos um desafio de qualificação nas nossas instituições. Se você olha o sistema de educação e pesquisa, há muitas universidades... Vamos pegar um instituto federal tecnológico, que são trezentos, e serão seiscentos até o final do ano que vem. Então, quem está no interior, você tem um responsável por TI naquela instituição. Ele, provavelmente, é assessor do reitor, responsável pela segurança, cuida da rede interna. Será que ele será capaz de trabalhar num ambiente integrado com mídias digitais, comunicação e colaboração? Esse é o grande desafio do Brasil, a capacitação, sim. Formar profissionais, reciclar profissionais, preparar para o novo ambiente.

Para uma estratégia de um operador nacional temos de ver isso de uma forma muito separada e concreta, quer dizer, tem de ter uma organização pública ou privada, cabe discutir. Mas tem de reunir os requisitos de poder empreender e manter essa infra-estrutura com

qualidade. Porque as nossas dificuldades, hoje, para fazer isso nas nossas próprias instituições são muito grandes.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor Geral) – Eu queria pedir a palavra para, em primeiro lugar, saudar a possibilidade de se poder debater a questão de operador de rede no Brasil. Nem que ele não saia, já avançamos muito, só pelo fato de estarmos discutindo isso. Não há uma tradição na cultura brasileira dessa separação de quem faz e quem distribui sinais de radiodifusão. Quando fui fazer meus trabalhos na Inglaterra, no início dos anos 90, entre as várias surpresas que tive com o modelo britânico de rádio e televisão, um deles foi exatamente isso: a absoluta separação de quem produz e quem transmite.

Aliás, uma curiosidade – estava até comentando com a Takashi, antes da reunião. Um canal de televisão físico, uma banda, é utilizada, durante a semana, por duas ou três concessionárias, uma coisa inconcebível no Brasil. Durante os dias úteis da semana, de segunda a sexta, um concessionário utiliza, quando chega sexta, às 18 horas, ele desliga a chave e entra no mesmo canal um outro concessionário, por que é outra empresa, uma *weekend television*. E nas manhãs também há um *good morning television*, que entra no mesmo canal. Três concessionários usam o mesmo canal. Quer dizer: está arraigada essa idéia.

Não tem nada a ver você ter um canal e ter a produção. Um canal que pode ser utilizado por várias operadoras. No Brasil isso é falar de coisas irreais. Só isso já é importante. Estamos trazendo essa discussão para cá. É a mesma coisa daquele velho exemplo dos concessionários de rodovias. Eu sou concessionário, então só pode passar carro da minha marca. É a mesma coisa que ocorre no Brasil. Tenho a concessão, só passa Volkswagen, porque tenho acordo com a Volkswagen. Aqui no Brasil é assim: tenho a concessão, então uso aquele canal só para mim.

Acho que essa discussão é um grande avanço. Eu queria saudar o trabalho do Takashi, que trocou em miúdos nessa discussão difícil de quem não é da área. E complementar com uma preocupação, quando vejo, por exemplo, o Garcez apresentou e acho que até faz parte da lei. Quem serão os ocupantes desses novos canais: TV Justiça, TV Câmara, EBC, outras assembléias legislativas etc. Mas não se discute a ocupação desses espaços por outros canais de tevês públicas.

Por exemplo, a EBC tem a TV Brasil, um canal generalista de televisão. Mas, num horizonte a médio e longo prazo, pode ter três, quatro canais de televisão. Aliás, o trabalho do Takashi menciona a divisão de canais na Inglaterra. Colocou alguns canais da BBC, mas são mais do que aqueles. Você colocou o 1, 2, Parlamento, mas tem a *Children BBC*, um canal para crianças, o tempo todo, aproveitando a digitalização. Você tem o canal de notícias, as emissoras comerciais, as grandes redes, já têm os seus canais de

notícias, a Record, a Bandeirantes e a GloboNews. Por que a EBC, a TV Brasil não tem um canal 24 horas de notícias, também? A tecnologia permite isso.

Então, a minha pergunta, até uma colaboração, e depois podemos conversar melhor com o Garcez, é como você pode garantir um espaço, além desses... Por exemplo, você fala saúde, educação, cidadania, que é importante. Mas se deveria ter no Brasil, pelo menos, uma tevê pública generalista nacional. Espaços para as tevês públicas generalistas regionais, que já existem, que fazem parte da Rede, a regionalização... Porque não dá num canal nacional, você ter espaços para toda... Entrou a Bahia e não entrou o Acre. Você tem de ter o canal regional, a notícia, a informação, o entretenimento... Até o municipal, até o local.

A digitalização permite essas possibilidades de haver diversificação de ofertas de conteúdo de televisão. Não sei como poderíamos garantir isso, quando tivermos implantado o operador de rede.

CONSELHEIRO MANOEL ROBERTO SEABRA PEREIRA

– Tenho três questões a colocar. A apresentação dos Garcez foi bastante clara. Confesso que estou acompanhando esse assunto há mais de dois anos e há muitos pontos que não entendo. A apresentação de hoje foi a que mais se aproximou daquilo que acredito ser o ideal de uma apresentação desse projeto que é

bastante complexo. Eu tinha apenas três perguntas para agilizar, para não perdermos muito tempo.

Em relação às PPPs, tenho uma preocupação parecida com a do conselheiro Daniel. Preocupa-me que este governo nunca utilizou antes as PPPs. Estamos no último ano de um governo de oito anos. As PPPs, que eu saiba, nunca foram utilizadas. Ou se já o foi, onde foi utilizada, qual o sucesso disso, para aplicarmos num projeto tão complexo e estratégico como o da comunicação pública.

Segundo, é como ficará a situação das tevês legislativas do ponto de vista estadual e municipal. Temos 27 canais legislativos estaduais e mais de cem, se não me engano, tevês municipais legislativas. Como elas serão contempladas nesse projeto? Não podemos esquecer que as tevês legislativas não apenas transmitem as sessões, mas também são co-produtoras de programação cultural, educativa regional.

A terceira questão. Um ponto que foi colocado pela explicação do Garcez, é que esse projeto incentiva a regionalização na comunicação e na produção cultural. Não ficou claro como será esse incentivo. Queria que você explicasse com mais detalhes esse projeto.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Bom dia a todos. O incidente que ocorreu

aqui deve ser assimilado como parte de um processo, porque um conselheiro questionar o tempo é normal. Ele tem direito. Acredito que houve uma certa precipitação caracterizada como uma posição política. Ali é que achei... Pode ser uma posição política. Todos têm direito de ter. Mas acho que a intenção da nossa presidente Tereza é boa. Porque tudo o que discutirmos aqui tem de se relacionar com esse projeto geral do governo. De alguma maneira, ele é o porta-voz técnico. Então, deveríamos apoiar a posição do Carlos Eduardo de ter acesso à essa informação. Talvez, tenhamos cometido o erro de não ter dado o tempo para ele. Quinze minutos, companheiro. Aí, ele se mexeria segundo a sua vontade, dentro daqueles quinze minutos. A sensação de que teria a eternidade talvez tenha levado a...

Digo isto, quase em solidariedade a ele, porque nós baianos temos sempre essa sensação de que, quando estamos falando, temos a eternidade pela frente, sempre sendo chamados à atenção por algum paulista ou mineiro de que o tempo é um recurso escasso e não renovável.

CONSELHEIRA HELOISA MARIA MURGEL STARLING –

Mas o senhor é o baiano mais mineiro que já vi na minha vida.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro

de Estado da Cultura) – Estou aprendendo. Já sugeri aos mineiros que montem cursos de verão no Pelourinho, para educar politicamente

os baianos, porque a política baiana avançaria muito. Porque lá o confronto é direto o tempo inteiro. É guerra civil o tempo inteiro.

Estou com a sensação de que estamos tratando de um assunto estratégico, sob todos os pontos de vista. Temos de demarcar qual o papel do Conselho, porque é uma discussão inserida na construção de uma tevê pública e de uma rede de tevê pública, mas essa discussão de operador de rede, das opções que serão feitas... Qualquer opção que for feita, imediatamente, tem impacto cultural, tecnológico, estratégico, sobre as universidades, a capacidade de sairmos de uma economia de *commodity* para uma economia de valor agregado. Quando se tem uma oportunidade monstruosa desta, se subestimarmos a importância de conectar todo o sistema produtivo, educacional do Brasil, educativo e cultural num sistema desse, acho que estamos perdendo oportunidade de pensarmos o país estrategicamente. A bola está quicando na porta do gol para o Brasil, mas temos de construir uma nova mentalidade no tratamento dessas questões.

Enquanto estávamos no pequeno *frisson*, fugi um pouco e me lembrei das tevês a cabo no Brasil. As opções tecnológicas erradas e a opção de tratar como um fato privado fez com que não desse certo a tevê a cabo no Brasil. Em termos absolutos, temos menos aderentes do que países deste tamanho e com economia frágil. Em termos relativos, nem se fala. Na Argentina, por exemplo, Buenos Aires tem mais pessoas conectadas à tevê a cabo do que... Fizeram opções tecnológicas erradas. O lucro foi o único referente. E

o lucro da forma mais voraz, onde cada empresa tinha a possibilidade de se pensar e montar um sistema de distribuição de imagem que servisse apenas à empresa. O outro teria de furar de novo a rua para criar... Uma confusão inacreditável.

Pensei até que o André, quando disse “Sei que tem gente aqui que pensa diferente”, pensei que estava se referindo a mim. Porque na discussão da tevê digital brasileira, sempre chamei à atenção para a necessidade... Por exemplo: está sendo contemplada uma estratégia de desenvolvimento tecnológico no Brasil de conexão de todas as universidades? Está sendo definido claramente o papel do estado e o papel estratégico no desenvolvimento do país, na montagem de algo nessa ordem?

Sinto que o tempo de decisão, às vezes, é contraditório com o amadurecimento dessas reflexões. Acho que a opção não deve ser ideológica, ou privada ou pública. Essa bipolaridade, às vezes, é burra. Mas concordo com o Daniel. Há opções que terão conseqüências... E às vezes, damos o filé *mignon* de graça, para que a empresa privada faça picadinho de abóbora. E o Brasil perde com isso.

Concordo com o Nelson. Temos condições tecnológicas. Se for ativar um processo de financiamento, um sistema de ciência e tecnologia no Brasil que envolva a universidade e alguns institutos, temos condições de provermos uma implantação dessa de todas as...

E isso é uma estrutura de capacitação dessa estrutura brasileira dentro do momento importante.

É estratégico que o Brasil inteiro, não só as escolas, precisa receber, pois a inclusão digital é estratégica no Brasil. Estive, agora, dois dias, numa tribo, com os axanikas, numa aldeia, próximo à fronteira com o Peru. Uma odisséia. Três horas e meia de avião, depois de Rio Branco e mais três horas de barco. Passei dois dias lá com os índios. Eles têm *internet*. O projeto não é se integrar conosco, pelo contrário, é de preservar. É um direito hoje elementar, como muitos outros. Possibilita que cheguem conteúdos. Onde estiver um brasileiro, que ele possa se beneficiar e possibilitar numa inserção.

Então, é uma questão estratégica que precisa ser discutida sob esse ponto de vista. Vocês sabem que o governo tem tomado iniciativas no sentido de montar uma estrutura capaz de fornecer essa banda larga com velocidade e carga satisfatória e o cerco é inacreditável. O cerco no sentido de inviabilizar a estruturação. Mesmo que o nosso objetivo seja localizado, a sociedade brasileira precisa se debruçar sobre isso, porque senão as opções serão fruto da pressão, com um canivete no pescoço do governo. Nunca é bom quando um governo não é capaz, mesmo em questões tecnológicas sofisticadas, que é obrigado a fazer opções, onde a sociedade não tenha claro o que está sendo decidido.

Acho o documento do Takashi muito bom para abrimos. Acho que deveríamos organizar um seminário complexo e profundo

sobre isso. Talvez isso acabe adquirindo uma importância maior. Porque a intenção da Tereza eu compreendi e é real. Estamos inseridos em opções maiores que as específicas para a tevê pública. Neste sentido, no momento em que ainda está se processando as soluções mais fundamentais, uma discussão bem constituída aqui, a partir de um interesse de fato de posicionar o Brasil da melhor maneira possível para garantir isso, acaba interferindo no processo geral. Principalmente, se formos bem sucedidos na estruturação da problemática e a possibilidade de abordar todas as opções e lidar com todos os interlocutores que têm interesse e que formulam estratégias nessa área.

Só queria chamar a atenção para um outro aspecto. Se não formos capazes de nos capacitar como produtores de conteúdos, os conteúdos os mais diversos, que ultrapassem o limite da tevê pública, conteúdos para as escolas... perderemos a oportunidade de sermos uma nação bem sucedida dentro da complexidade do mundo que está se desenhando. Não tenho dúvida disso. Infelizmente, a área cultural brasileira olha para o umbigo. Até as empresas de grande porte que atuam na área cultural, de comunicação, estão mais ligadas em opções, decisões e ambientes do final da década de 60, onde conseguiram certos privilégios, certas estruturas de monopólio e trabalham arduamente para manter esses monopólios e abrem mão de se capacitarem para enfrentar.

E isso é na área do livro... Os espanhóis estão comprando todas as editoras da América Latina. Já disseram que o Brasil é o boi

gordo, já começaram a entrar aqui. Lutamos para sensibilizar a área cultural de que o PL 29, hoje 116, era estratégico. Só agora, quando perceberam que iam enfrentar uma concorrência de segmentos infinitamente maiores, já com dificuldades de estruturar é que estão aderindo, envergonhadamente, à necessidade de aprovar o PL, já totalmente desfigurado do impulso inicial, que era dar uma racionalidade para além do interesse de uma empresa ou outra.

Então, na área cultural a confusão é enorme, porque se constituiu numa fragmentação de formulação de interesses e a sociedade não produziu algo que fosse para além do interesse individual de cada interlocutor. Mesmo os grandes que tinham obrigação de olhar por cima dos muros da empresa e ver um pouco do ambiente que foi criado nas duas últimas décadas e a necessidade de modificar completamente. Por exemplo, tenho horror a essas empresas privadas de comunicação, à produção independente. Querem produzir tudo dentro dos grandes estúdios que montaram, querem monopolizar, querem ter a benesse que já tiveram e que não é possível mais. A própria evolução rotineira da democracia vai superando isso. E, ao mesmo tempo, enquanto vivemos... os próprios intelectuais e artistas que se mexem nesse campo de produção de conteúdos também não demonstram grande fôlego na compreensão no momento em que vivemos. Então, cruzam-se as opções tecnológicas com questões estratégicas do país. Percebo que o Brasil ainda não se representa satisfatoriamente nesses conteúdos audiovisuais. Porque boa parte deles vem de fora e o que é produzido

aqui, boa parte é mimetização do que vem de fora, refletindo a hegemonia.

O Brasil está quicando, a bola está aí. Estamos despertando o interesse do mundo inteiro. Quem são esses caras que estão se tornando uma das maiores economias do mundo? Há uma possibilidade de colocarmos a indústria cultural brasileira no mesmo patamar a que o agronegócio, a indústria tradicional e os serviços tradicionais, como o turismo... O turismo então dá para passar rapidamente, mas falta uma visão estratégica, que não é puramente de conteúdo. É conteúdo e tecnologia, duas dimensões que estão absolutamente... e modelo de negócio também, porque estamos com uma discussão de direito autoral nas ruas, que coloca-nos na vanguarda da estruturação da relação com o mundo digital. E o conservadorismo que fez com que o Brasil fosse o último país a abolir a escravidão sob a alegação de que a economia brasileira não resistiria e os escravos não saberiam viver em liberdade, mantém-se viva hoje. A qualquer mudança que propomos, a primeira reação é contra. Gastamos uma energia enorme para irmos ganhando paulatinamente.

Então, estamos com uma discussão estratégica na mão e é importante que pensemos a tevê pública inserida num contexto de opções que ainda estão em aberto. É importante que tenhamos a lucidez de contribuirmos para o processo. Porque toda vez que o governo é obrigado a fazer opções que não são compreendidas pela

sociedade, ela fica mais vulnerável às pressões irracionais e imediatistas do mercado.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Ministro Franklin, não sei se lhe deram a informação do que se passou aqui. Convidei o Dr. André Barbosa para somar-se à nossa apresentação, até porque se fala muito em Banda Larga e ele é uma pessoa envolvida com o projeto de operador de rede, desde o início da concepção sobre tevê digital.

Nisso, havia morrido o nosso funcionário, nosso jornalista Antônio Arraes. Eu saí para tomar providências. Enquanto eu estava lá fora, cuidando do assunto da morte do Arraes, houve um incidente aqui entre o Dr. André e alguns conselheiros. Não assisti. Então, não estou fazendo juízo nenhum. Assim, a discussão está muito pautada pelo que houve. O André se retirou. Saiu dizendo que haviam lhe cassado a palavra. Não estou fazendo juízo de valor, porque eu não estava aqui.

Essa a intervenção que pedi é para fazer por minha própria conta, da minha única e exclusiva iniciativa, não é nem da diretoria executiva da EBC, mas chamar a atenção do Conselho para um aspecto. Até onde estão as competências do Conselho? A Lei da EBC dá todo o poder ao Conselho sobre programação e conteúdo. É claro que o Conselho não precisa ser alienado de outras questões conexas, mas a lei não lhe dá poder decisório sobre questões de

várias naturezas, embora lhe dê todo o poder, inclusive, para o voto de censura e, num segundo voto de censura, destituir um diretor da EBC, por questões de conteúdo.

Então, a diretoria executiva precisa saber disso. Qual é o poder do Conselho sobre questões como operador de rede. Senão fica difícil. Você fica dois anos trabalhando num projeto e depois ele vem aqui para ser rediscutido inteiramente, do início. Precisamos discutir isso. Onde estão as competências do Conselho.

Numa questão como essa são os senhores, todos, muito representativos de vários segmentos da sociedade brasileira. Mas, até onde sei, um, dois ou três no máximo têm competência técnica para discutir esse projeto, assim como eu também não tenho. Acho que é preciso. O incidente de hoje mostra isso, porque esse projeto – como eu disse no começo – estava convidando o Dr. Simões que está aqui também com essa natureza. Ele dirige uma área tangencial ao projeto de operador de rede. Da mesma forma, o Dr. André Barbosa.

Esse projeto de operador de rede transborda da EBC. Então, outras pessoas estarão discutindo ele mesmo. A EBC jamais o fará sozinha, senão em conexão com áreas do estado brasileiro, da sociedade, da área tecnológica, etc. Se não delimitarmos isso, não andaremos. Se o Conselho for tomar decisões sobre operador de rede, tudo bem. Agora, isso tem de ser estabelecido em alguma coisa. Na lei, a meu ver, no meu modesto juízo jurídico, não encontra amparo.

Senhora presidente, a senhora devia pensar nisso.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Não. Estou pensando. Acabei de dizer ao ministro Juca que essa discussão é muito grande, complexa. O Conselho, num determinado momento, mostrou necessidade de discutir o assunto e esta reunião extraordinária é exatamente para que o Conselho reflita sobre o seu papel também nesta discussão.

Então, até o final, ao meio-dia, devemos ter uma posição sobre exatamente como daremos andamento no acompanhamento desse projeto, ou alguma recomendação, ou alguma decisão mesmo sobre essa questão. Por isso o conselheiro Daniel estava um pouco incomodado com o tema... É que temos de avançar. Esta é a segunda ou terceira reunião que discutimos o assunto e não demos ainda nenhum encaminhamento a ela. Acabei de receber – como a presidente Tereza – um documento da associação das tevês legislativas que pede uma posição do Conselho sobre determinados assuntos. Daqui a pouco, estaremos recebendo outras. Sei da manifestação da ABEPEC sobre as preocupações da associação.

Isso chegará até nós. Temos de, daqui até o meio-dia, dar um encaminhamento, a formação de um grupo de trabalho, alguma coisa que seja, ou um seminário, como já foi proposto, para que

saibamos exatamente qual a nossa posição sobre esse projeto complexo e grande.

Temos quatro inscritos. O último é o Takashi. Depois do Takashi podemos dar um encaminhamento geral, algumas respostas que precisam ser dadas pelo Garcez. Conselheiro Murilo.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Quando me inscrevi, a intenção de certo modo vai ao encontro da preocupação da Tereza. Pensei numa intervenção, que tentarei fazer aqui agora, que aproxima mais, e, de certo modo, inverte um pouco a discussão do operador de rede e aproxima mais, em tese, a discussão dos objetivos do Conselho, que são os de programação, conteúdo, enfim.

Para aqueles de nós que militamos na área de comunicação social, de radiodifusão há muitos anos – meu caso -, até a virada dos anos 80 e 90, trabalhávamos com a idéia de escassez. Espectro reduzido, mercado de seis, oito canais abertos comerciais. Enfim, trabalhávamos com a idéia de escassez.

Na virada dos anos 80 para 90, a digitalização nos trouxe excesso. Digo excesso deliberadamente, porque neste caso excesso nunca é demais. Pluralidade, diversidade, fontes de informações. Mas provoca certas confusões, às vezes, de entendimento de que modelo estamos falando.

Sempre que surge essa discussão, tentarei colocar isso agora. Tem uma coisa nova, dos anos 80, 90, para cá, que remete a essa questão do excesso que, para mim, é um arranjo que não está claro, e que tem a ver com operador de rede, sim, mas tem a ver algo estrategicamente tanto ou mais importante que é o que fazer com o que temos hoje no campo do audiovisual brasileiro.

Por exemplo, temos a EBC, estamos aqui no Conselho Curador. A EBC é uma figura nova super bem-vinda no ambiente da comunicação social brasileira. Desde 2008, está se estruturando, é um projeto para longo prazo. Vejo em cada reunião as dificuldades, mas para quem acompanha isso há tantos anos sabe que dez anos é o tempo de se poder dizer se deu certo ou não, tamanho as dificuldades de se juntar essas experiências. Só de juntar a TVE e a RADIOBRAS, só isso já é insuficiente.

Mas temos novidades. Além da tevê a cabo que o Juca mencionou, e vou me conter aqui, porque fiquei quase quatro anos da minha vida discutindo essa lei no Congresso Nacional. Sou um apaixonado por aspectos dela. Mas ela trouxe uma novidade sensacional que já foi colocada aqui hoje. No mínimo, os canais legislativos. TV Senado e TV Câmara, uma exigência colocada na lei, mas vieram também os canais universitários no cabo. Os canais universitários, educativos-culturais, mesmo os comunitários, passaram a transbordar do limite restrito do cabo, para, no caso das legislativas, claramente para o ar, para a cobertura nacional.

Temos a TV Escola. O Ministério da Educação gere a TV Escola há muito tempo e já está no satélite. É algo que se agrega àquilo que deixei de falar, que é o sistema privado-comercial. Estou deixando isso de lado. Não é o caso de se discutir aqui as tevês comerciais privadas, abertas e fechadas. Estou falando só daquilo que chamamos hoje genericamente de campo público.

O decreto da tevê digital trouxe, pelo menos na minha cabeça, são dois: Canal da Cultura, que está se preparando com idéias de experimentação, que formato esse canal vai adquirir; e o Canal da Cidadania, a ser dirigido pelo Ministério das Comunicações. Encaixa dentro da minha preocupação.

Você tem, hoje, um ambiente de novos canais, novas programações, novas possibilidades. E esse arranjo ainda não está claro para mim. Claro que a EBC, pelo menos a vejo assim, é uma espécie de cabeça de ponte desse processo todo. É uma espécie de vanguarda, porque é a estrutura maior. A rede está se formando...

Essa é a discussão que precisamos fazer, antes de se chegar ao operador de rede, como se dará esse arranjo? Como colocaremos todo esse aparato que já existe de conteúdos à disposição da sociedade brasileira, constituindo finalmente o que poderemos chamar de um grande embrião de uma televisão, uma radiodifusão de serviço público neste país, o que jamais tivemos neste formato. Então, temos imensas possibilidades aqui. As já existentes e

as que estão por vir, caso do Canal da Cultura e do Canal da Cidadania.

Então, evidentemente é legítimo que o Conselho se preocupe com o operador de rede, porque programação não distribuída é a mesma coisa que nada. Como isso tudo, a partir da EBC, chegará à sociedade brasileira? Há que existir uma rede de distribuição. O operador surge desta necessidade. Estou dizendo isto, porque me é simpática a idéia do seminário, de a gente gastar um tempo aqui, dois períodos. Só que me preocupou a idéia de um seminário técnico. Aí, cairemos de novo na questão de discutirmos tecnologia, como MPEG, MPEG 2, 4, MUX 1, MUX 2... Tudo isso é importante, mas ele só é importante a partir da perspectiva dos conteúdos, das programações. Pode chegar, mas, talvez, a solução técnica nem seja essa. Enfim, esse risco aconteceu em todo o sistema brasileiro de televisão digital e inverteu-se a discussão. O Takashi sabe, pois discutimos isso no passado, discutiu-se tecnologia, sistema, padrão, mas não se discutiu o modelo. Então, estamos carentes. Na realidade, tudo isso é um embrião de um modelo de televisão de serviço público e tem de ser ajustado de acordo com algo coerente, estratégico, fundamental, em que todos possam ter oportunidades equânimes, pelo menos, de acesso pela sociedade.

Sou a favor do seminário, mas que ele comece pelos conteúdos, por esse arranjo, comece por entender isso tudo. Por exemplo, as TVs legislativas incorporadas, as nacionais, como a do

Senado e a da Câmara, com as locais, com as assembléias e as câmaras de vereadores, o Takashi, no seu texto, tecnicamente, resolve. A questão da Astral, que veio para nós, o Takashi, pelo meu entendimento, já resolveu tecnicamente sem muito custo. Enfim, esse é o ponto principal. Agora, não há como omitir a discussão dos operadores de rede.

O Conselheiro Daniel – não posso deixar de remeter-me a ele – tem insistido numa questão que é justa, legítima e importante. Essa questão é que agride, entre aspas, um pouco as competências do Conselho, que é a de discutir o modelo de negócio, do operador de rede, se é parceira público/privada etc. Mas, enfim, é justo. Tenho essa curiosidade e iria retomar essa discussão com o Garcez e a equipe dele, pois é um investimento alto.

Estou supondo que a opção para a parceria público/privada tem a ver com o volume de investimentos. Falamos da Telebrás na vez passada, só que a Telebrás é uma estrutura que está se reconstituindo para a finalidade específica de operar uma rede já existente de governo em cima do sistema elétrico, fundamentalmente, para administrar esse *Back Bone*(?) e, em parcerias privadas, com pequenos e médios provedores de acesso à internet, chegar, fazer até a última milha, como discutimos ontem, chegar à casa das pessoas.

Não sei se a Telebrás, hoje, tem fôlego e capacidade de investimento para ser parceira num projeto como esse. Então, não sei, mas claro que tenho uma simpatia visceral pela idéia de uma empresa pública para isso, mas falta-me informação para fazer a opção, evidentemente; e claro que essa informação é útil para o Conselho. É importante que se faça essa discussão. Porém, quero reiterar e apoiar essa proposta, mas que este seminário se dê de modo invertido, que deixemos a tecnologia para um segundo momento e por entender o que significa tudo isso aqui hoje. Como esse arranjo se dá.

Confesso que olho isso, mas não sei como vai circular dentro do operador de rede. Não sei, pois vi tudo, como o “Mux 1” ou o “Mux 2”, como o Takashi explicou, funcionará. Conversávamos no intervalo, eu e o Beto, pois, há anos na TV câmara, vem se discutindo isso, também não tem certeza de como funcionará.

A proposta é a de fazer essa inversão pela programação e pelos conteúdos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiro Carlos.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWISKY
(Representante do Ministério da Educação) – Bom dia a todos.

Mantenho a minha sugestão de que é importante fazer um *zoom out* e um *zoom in*. No *zoom out*, a visão que o André trouxe é importante. Então, mantenho a minha proposta e gostaria que ela fosse discutida.

Queria fazer três considerações. A primeira é um histórico do por que o MEC chegou e participa desse projeto? Temos, hoje em dia, uma política de conteúdos, pensada na questão da convergência digital, no contexto em que, neste momento, 50 mil escolas estão conectadas, e chegaremos a todas as escolas, 300 mil professores estão sendo capacitados e a produção de conteúdos digital, nesse contexto, se dá, desde a efetivação dos professores, que estão capacitados para trabalhar e colocar esses conteúdos no portal do professor, passando por empresas que contratamos, como o MCT, para a produção de conteúdos digitais mais sofisticados e passando, também, pela questão da produção por meio da TV Escola que agrega, nesse todo, um dos elementos.

Em relação à TV Escola, percebemos, por meio de uma pesquisa, que era utilizada muito na casa das pessoas. Temos a banda analógica digital, o satélite e, então, sentimos a necessidade de ampliar o acesso, pois era feito, essencialmente, por meio de satélite, alguns cabos levam o nosso sinal, entramos nessa discussão e, ao nela entrar, de conseguir fazer a transmissão terrestre, fizemos um projeto com a EBC que, de investimento, custaria 180 milhões, apenas de equipamentos para levar para as capitais. O Garcez e eu fizemos juntos, lembro que ficávamos dias envolvidos. Dizia a ele que estava muito caro e ele voltava; 180 milhões só de investimentos para um canal, sem poder dividir, e o custeio anual, creio, estava entre 50 a 60 milhões.

Quando apareceu a oportunidade desse operador de rede, que baixou o custo violentamente, creio que tenha baixado o custo geral a algo de 10% a 20%, nos interessamos e participamos. Quero destacar que consideramos importante, pois, para nós, é importante, nesse conceito de convergência digital, o mais rapidamente possível, que possamos ter essa transmissão terrestre resolvida, porque não nos cabe fazer essa operação.

Queria colocar o contexto dos últimos anos para destacarmos porque temos interesse. E apoiamos esse projeto no sentido que precisamos.

A segunda questão que queria destacar tem a ver com a fala do ouvidor, do Ministro Juca e de outros aqui presentes, é no sentido de que a configuração de quais os canais, o que está muito a ver com a fala do Professor Murilo, e conteúdos vamos poder levar nesse atual projeto?

A minha impressão, meu sentimento em relação a isso mudou, por incrível que pareça, pois, de um ano para cá, mudou sensivelmente a tecnologia. Ficamos no consórcio da banda de 6 megahertz, onde, inicialmente, imaginamos cinco ou seis multiprogramações, passamos a discutir com o Ministério da Cultura e com o da Ciência, Tecnologia e Saúde, se essa era a melhor maneira de aproveitar esses 6 megahertz, posto que pensamos que seria importante ter a HDTV. Depois, percebemos que, com os 6 megahertz, que cabem 15 megabits por segundo, poderíamos ter três canais com 5.5 megabits por segundo e eles seriam HDTV. Portanto, podemos começar com um patamar muito melhor, do que dividir em 5 em SD, não seria fullHD, mas seria HDTV, e reposicionamos isso, nesse consórcio que está sendo feito com a Cultura, no sentido de que teríamos três canais. Esse é o projeto que está sendo discutido agora.

Um canal prioritariamente do Ministério da Cultura, outro, prioritariamente, da TV Escola, digamos assim, talvez, com mais densidade de conteúdo desses dois canais, só que, abrigando dentro

deles, a saúde e a ciência e tecnologia, ou seja, com isso poderíamos encaixar esses dois canais, esses quatro parceiros em dois canais HDTV.

O terceiro ponto, Ministro Juca, tem, exatamente, o melhor da TV universitária brasileira já negociado, onde vamos fazer um conselho gestor, envolvendo as públicas e as privadas, o que está caminhando. O Ministro está atento a isso.

Nesses 6 megahertz, seria possível, ouvidor, poder incluir, digamos assim, uma parcela das necessidades do poder público. Tenho absoluta certeza de que, daqui a 3 anos, esses 5.5 megabits por segundo poderá ser fullHD. Acho que essa infra-estrutura que está se iniciando nesse momento, com a dinamização da tecnologia, permitirá a inclusão de outros aspectos.

Queria fazer esse informe, pois a questão do conteúdo foi abordada, só para mostrar; enfim, estamos fazendo um consórcio que, inclusive, é importante destacar que o teste drive desse sistema, da parceria com o Ministério da Cultura, Saúde, Ciência e Tecnologia, está sendo feito com a TV Escola. Abrimos a nossa grade, estamos fazendo uma grade conjunta. Enfim, com isso, faremos um teste drive dessa parceria, otimizando os recursos, que é um ponto importante a

destacar. Precisamos, para que isso possa se viabilizar com uma transmissão maior, de um projeto de rede.

Queria concluir, fazendo uma consideração de preocupação. As colocações que o Ministro Juca fez são extremamente pertinentes, assim como as do nosso Conselheiro, de que é extremamente complexa a questão dos conteúdos digitais, a questão da produção regional, a questão de conseguir, de alguma maneira, tirar a concentração econômica de certos produtores, pois são questões de uma complexidade muito grande. Acho muito saudável e interessante a proposta colocada pelo Conselheiro Murilo, de que possamos abordar essas questões com mais cuidado, porque há um *zoom out* em todo o processo.

Por outro lado, temos uma questão de tempo e de custo, ou seja, ao longo desses anos, foi elaborado esse projeto e, no nosso entendimento, é um avanço, porque traz a possibilidade de abrir essa transmissão, de quebrar um pouco o monopólio da distribuição de escalas comerciais, mas preocupa-me que essa discussão não impeça o andamento disso, que tem alguns anos que está sendo feito e, eventualmente, nos conduzirá ao avanço. Talvez não seja o melhor avanço sob o ponto de vista de daqui a 3 anos, mas, hoje, depois de ampla discussão do parecer.

Fica aqui a preocupação de que possamos fazer isso em paralelo e que não emperre o andamento atual do processo no sentido de que não percamos, e essa é a oportunidade de avançar e colocar essa questão terrestre do poder público e de canais vinculados; enfim, uma produção menos centralizada.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Professor Paulo Sérgio, por favor.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – Obrigado Presidente.

Como o Ministro Juca disse, há *frisson* – o que seria de nós se não fosse o francês –, e também queria entender um pouco. Sou totalmente de acordo que a Presidente envie uma carta ao Sr. André Barbosa, convidando-o a participar de outra reunião que tenhamos. Creio que tudo não passou da questão da pretensão da eternidade. Todo o dia aprende algo com o Ministro Juca e usarei isso sempre.

Ao que o Murilo e a Presidente mencionaram, trouxeram-me, também, à cabeça, saber até onde queremos caminhar com essa discussão, porque talvez isso reflita a minha total incompetência nesse debate, sinto-me, talvez, discutindo programas da Nasa, até porque o Marco Antônio me ajudou, visto que resolvi reler a Lei nº 11.652, que dá enormes poderes. Este Conselho tem enormes poderes em termos da programação e de instruir. Nem acreditava quando reli: substituir diretores etc.

Adoro a idéia do seminário, penso que seria fantástico também fazer isso, mas acho que escapa um pouco as nossas “tamancas” esse debate. É bom informarmos a questão dos conteúdos, e até aí consigo ir, agora, apesar da qualidade de todas as exposições, segui com grande dificuldade, não vejo bem de que maneira o Conselho vai opinar sobre isso. Temos tarefas ciclópicas a respeito da programação, do programa do ano que vem e acho que seria importante que o Conselho colocasse certo limite a essa discussão, porque não vejo a que decisão. Vamos fazer recomendações para a EBC? Vamos fazer recomendações para o Governo? Esse processo, pelo tudo que entendi aqui, está adiantado.

Pode ser um viés pessoal a minha dificuldade, mas não vejo bem, pois acho que temos tarefas demais para ficarmos aprofundando uma discussão na qual a nossa inserção não entendo qual vai ser, além da informação. Não sei se foi a Tereza que falou,

não queremos ser alienados do debate, evidentemente, mas acho que devíamos dar limites e, a partir desse ponto, estaremos informados e vamos em frente.

Agora, se meu entendimento não estiver correto, espero que me esclareçam a esse respeito. Vou pedir desculpas, pois terei de sair em 10 minutos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Passo a palavra ao Sr. Takashi e, depois, ao Ministro Franklin. Posteriormente, passaremos aos encaminhamentos.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Entendo as dificuldades dos conselheiros que não são da área tecnológica entender o projeto, mas sou da opinião de que as várias situações estão imbricadas, tanto os aspectos técnicos quanto os aspectos jurídicos acabam tendo implicações importantes sobre como se consegue disponibilizar, diversificar e garantir a universalização da produção cultural brasileira.

Nesse sentido, entendo também que o Conselho possui determinadas atribuições, algumas não são da área do Conselho, mas poderíamos tratá-las de duas formas: primeiro, as que não são atribuições do Conselho, poderemos fazer uma recomendação, claro, depois de uma discussão, de uma votação etc., mas poderemos fazer em forma de recomendações, e os responsáveis pela gestão do operador de rede vão considerar se aquelas recomendações são pertinentes ou não, se são aceitáveis ou não. Seria esse um ponto.

Agora, existem outros pontos, embora sejam de cunho tecnológico, têm forte impacto no conteúdo. Seria a favor de manter essa discussão, pelo menos, de esclarecer, e o Conselho deveria tomar algumas posições em relação a elas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Passo a palavra para o Ministro Franklin.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUSA MARTINS

(Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Primeiro, peço desculpas pelo meu atraso, pois alguns imprevistos fizeram-me atrasar, o que fica extremamente difícil entrar nesta discussão, pois não a acompanhei desde o início. Parece-me que houve momentos de *frisson*.

De qualquer forma, queria fazer algumas pontuações. Primeiro, concordo com a Tereza, pois de um ponto de vista geral, certas questões, em discussão aqui, não são da competência do Conselho, embora, evidentemente, tudo sempre se conecta com conteúdo no final. Vou dar um exemplo, se fôssemos discutir o plano de cargos e salários da EBC, afeta conteúdo, porque se você tiver melhor salário, terá mais condição, evidentemente; não é um assunto, digamos, que seja de deliberação, pode até ser de discussão. Acho que a discussão da questão do operador digital tem de ser discutida aqui, é muito bom que seja discutido aqui, mas não é uma deliberação do Conselho sobre isso, sinceramente não vejo dessa forma.

Queria fazer um retrospecto muito breve: a TV pública do Brasil está absolutamente sucateada, o sinal da TV pública chega ali, não vai ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, não chega a todos os municípios muitas vezes, ou não chegava, mas algumas coisas já foram feitas nesse sentido, e é o que já se viu aqui. Pode-se ter o melhor conteúdo do mundo, mas se não fizer o seu sinal chegar à

maioria da população, terá de fazê-lo chegar, o que é algo caríssimo e de muito longo prazo. É sair instalando torre de radiação etc. para atingir a todos.

Quando são vários projetos de TVs públicas, a Cultura tem um, a Educação tem outro, assim como a Ciência e Tecnologia, a Câmara, a TV Senado, se cada um for fazer a sua, é o modelo básico feito na TV privada – e vamos entender que TV privada fez isso porque interessava a empresa ser mais forte, porque tinha recursos para colocar em quase todo o País, enquanto os outros não tinham e não conseguiam. Então, hoje, há, em termos de cobertura, por isso é que não tínhamos sistema de operador para todo o mundo, porque criaria condições isonômicas. Temos um regime de monopólio dentro da irradiação.

O que se está tentando fazer? Vamos trabalhar todos juntos, porque sai mais barato, é mais conveniente e, juntos, podemos ir mais longe. Se cada um for separado... Então, se saiu para a idéia do operador digital, que não é nenhuma novidade no mundo, é assim na França, é assim no Japão. Em muitos lugares se faz assim: separa-se o que é distribuição do sinal da produção de conteúdo da programação etc. Por quê? Criam-se condições mais isonômicas para todos que estão na parte de distribuição, na parte de produção e programação.

Saiu-se para o projeto, trabalhou, no início, havia resistências. A TV Câmara dizia que queria fazer sozinha, a TV Senado também dizia que queria fazer sozinha. Lembro-me que discuti isso. Disse que teriam de convencer o contribuinte de que valeria à pena colocar tanto dinheiro para ter algo só para elas.

No decorrer da discussão, amadureceu-se e começou-se a convergir para a idéia do operador digital, o operador único, que, a meu ver, não é algo que se limite à TV pública. No futuro, pode, perfeitamente, uma série de emissoras privadas, mediante pagamento, evidentemente, quererem utilizar essa infra-estrutura, o que vai baratear para todos, porque esse modelo afeta a idéia do modelo de distribuição de sinal, que é o modelo de monopólio, em que o mais forte sempre leva vantagem, porque se separa o que é distribuição de sinal do que é programação, produção etc.

Então, se foi, se partiu e se trabalhou nisso, acho que se tem trabalhado bastante o modelo. Não sou um técnico, para mim também isso tem algo de Nasa, e de vez em quando entro em algumas naves espaciais. Apesar de tudo, considero o modelo consistente e pode ser criticado, e tem uma vantagem: é um modelo flexível. Por exemplo, se a Educação quiser, em determinado momento, dizer que vai querer fazer em HD e não transmitir, dizer que quer um canal só para ela, na verdade, um Multiplex, tudo bem, se tiver dinheiro para pagar, ela paga e, provavelmente, pagará seis

vezes mais do que o outro. Está resolvido, porque ele pode ser o quê? Adaptado. Em vez de quatro Multiplex, pode ter oito. É só colocar mais dinheiro. Se a Educação está com dinheiro, com condições, ela vai, se não está, fará uma mediação, começará ocupando uma parte, depois, vai para frente, ou seja, é flexível, mas, ao mesmo tempo, podemos estar atingindo tantos municípios, e poderá atingir mais. É um modelo flexível, mas, se amarrarmos muito questões de tecnologia, que muda numa velocidade extraordinária, o estaremos engessados daqui a pouco e daremos com os “burros n’água”.

Acho que o projeto é isso, mas pode-se perguntar: por que o Estado não faz isso? Em tese, se estivéssemos em outro momento político, talvez o Estado pudesse fazer, mas terá de colocar uma grana pesada desde o início, assumir um embate político que, sinceramente, não é o principal, pois o principal é fazer com que se tenha o operador digital. Considero melhor travarmos essa disputa, que já não é pouca coisa, pois fere interesses estabelecidos razoavelmente fortes, do que ficar brigando para tentar se uma estatal.

Vamos produzir para que se preste o serviço com tal qualidade, com tais garantias, com tais exigências. Esse serviço vai se fazer de tal forma, ele é remunerado de tal forma, é uma licitação. É uma das formas que o Estado tem para fazer contratação.

Por que é PPP e não outro? Ao discutir com o pessoal do Tesouro, disseram que o PPP, de modo geral, não dá certo, só dá certo quando se trata de prestação de serviços. E essa é a grande dificuldade do PPP. Quando se trata de construção de algo, o PPP não dá certo. Por isso que ela empacou. Nesse caso, achamos que, em prestação de serviços, funciona o regime de PPP e nos dá mais flexibilidade para atuar dentro disso, quer dizer, sinceramente, entendo mais ainda de irradiação do que regimes jurídicos diferentes para a contratação de serviços em processo de licitação, mas para quem entende disso, isso funciona, foi uma discussão, mas não de 2 horas, foram meses de discussão e acho que esteja razoável. Agora, se houver argumentos que nos mostrem o contrário...

Houve outra discussão, levantada antes, em que se dizia que, na época da banda larga, vamos fazer torre de radiação? Vamos fazer sinal de radiodifusão? Radiodifusão e banda larga vão conviver durante muito tempo. Aliás, o mundo inteiro acha isso, quer dizer, tanto que o mundo inteiro continua fazendo radiação e banda larga, que vão conviver durante muito tempo. Em alguns casos, num País de dimensões continentais como o Brasil, a banda larga, ou melhor, a internet, a transmissão de conteúdos com qualidade, alta velocidade, em algum sentido, vai ser feito por espectro, ao final, a última milha será feita por espectro.

Então, é uma combinação das duas, e a existência de uma infra-estrutura comum para isso vai, inclusive, em algum momento, viabilizar a banda larga em alguns municípios de menos densidade econômica, de menos densidade populacional etc.

Penso que o projeto possa ter uma serie de questões que tenham de ser, aqui e ali, adaptadas. Um projeto consistente, e a minha preocupação é a de que, querendo ter certo grau de entendimento mais completo, mais acabado, terminemos atrasando um processo. Não estou aqui querendo colocar pressão de que tem de ser em 15 dias, penso que precise mais de 15 dias ou um mês para fazer outra discussão, embora ache que não é atribuição do Conselho certas discussões sobre a questão do operador digital. Tudo bem, agora, não é algo simples. Até o Conselho formar uma grande opinião sedimentada, sinceramente, acho que não seja tarefa do Conselho. Poderíamos fazer uma mediação.

Como um todo, sinceramente, penso que o projeto do operador digital é uma revolução no Brasil, porque muda a lógica, o que é vital para todas as TVs públicas no Brasil. Podemos aperfeiçoar, podemos fazer isso, pois é um projeto caro, também acho, leva muito dinheiro. Agora, devemos pensar o contrário, se fôssemos fazer um sistema para cada um. E tem mais, o que se pensa, vai para licitação e o preço cai. No final, é reversível, volta para o Estado.

Há uma série de situações, se chama uma especialista na área, achando que tem aperfeiçoamento, concretamente, acho que a questão de se ter um dos Multiplex, que trabalhe localmente, a meu ver, está contemplada no projeto, mas, se tiver ajuste, tem que ter, senão, fica-se com algo centralizado em cima. Penso que isso tenha sido absorvido no projeto. Discussões nesse sentido considero importante haver, mas, como um todo, acho que o projeto seja um avanço importante.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Há algumas questões que, talvez, o Garcez, rapidamente, poderia esclarecer.

O SR. JOSÉ ROBERTO GARCEZ (Diretor de Serviços) – Dependendo dos limites colocados pelo Conselheiro Paulo Sérgio, cabe-me, realmente, esclarecer.

Em primeiro lugar, queria contestar o nosso ouvidor, pois chegou a falar que, mesmo que não aconteça, o operador de rede é uma discussão importante. Creio que já tenhamos ultrapassado essa

fase. Certamente, o operador de rede será tão revolucionário, como disse o Ministro, que causa *frisson*.

Em relação às questões em debate, primeiro, queria dar o testemunho de que são absolutamente pertinentes e convergentes com todo o debate que estamos fazendo há 3 anos, dentro do Governo como um todo e dentro da EBC, que vão além, como o Professor citou, pois são debates, como o Takashi também disse, que discutimos há muitos anos e estamos, agora, concretizando. Em alguns casos, evidentemente, há a necessidade de fazer opções, que significam, naturalmente, exclusão. Uma opção importante e fundamental é a que o Ministro Juca falou, pois entendemos que a opção fundamental para as TVs públicas é a pela produção de conteúdo.

Entendemos que a criação da EBC, o conjunto das emissoras públicas existentes hoje, precisa ter a condição técnica de oferecer um bom sinal à maioria da população e em igualdade de condições com as emissoras privadas e aí, o que se destacará será a produção do conteúdo, que será, efetivamente, o elemento definidor da conquista da audiência e da conquista da disputa, inclusive, de projetos e de informação. Por isso que, dessa escolha decorrem algumas opções, por exemplo, uma das causas é a da escolha de fazermos o PPP, o que tem a ver, também, como disse o Murilo, com a questão do investimento, que o Ministro já abordou.

Em relação a investimentos em si, a recursos, é muito mais fácil uma empresa, uma estrutura estatal dispor de recursos para o custeio do que de recursos para investimento. Sem contar que não há dúvida de que, se esse projeto fosse implantado com a estrutura pública, diretamente estatal, não faríamos isso em 5 anos. Precisaríamos fazer um processo licitatório para cada uma das torres. Os processos administrativos é uma das questões colocada como vantajosa, mas fazer isso em 5 anos seria absolutamente impossível com a estrutura estatal. Os processos administrativos são muito lentos e demorados, sem contar que, se fosse estatal, também precisaríamos ter a estrutura de operação, o que significa, por exemplo, contratação de pessoal, que levaria a outra demanda: necessidade de concurso público, aprovação pelo déficit, do aumento do nosso quantitativo de pessoal, concursos para áreas, inclusive, que são muito difíceis de contratação.

Precisamos fazer um concurso, agora, e vimos o quanto é difícil a contratação para algumas áreas técnicas, como operador de transmissor, por exemplo. Não há quase profissionais e menos profissionais ainda habilitados a passar num concurso público. Um operador privado dará, certamente, para nós a garantia do serviço prestado, podendo, como sempre, já nos referenciamos antes, nos dedicar, exclusivamente, à produção do conteúdo, inclusive, com a perspectiva de produção de conteúdo integrada entre o conjunto das

emissoras públicas, porque, hoje, ainda, é muito precária a articulação entre as emissoras públicas para a produção conjunta de conteúdo.

Sobre a questão das estruturas regionais, acho que o nosso Diretor Jurídico poderia falar, porque é algo que extrapola, não podemos colocar num projeto a obrigatoriedade de estruturas públicas estaduais estarem nesse projeto, é mais uma questão que o Diretor Jurídico poderia explicar melhor: por que não podemos incluir, previamente, a obrigatoriedade das estruturas públicas estaduais, de qualquer nível, para estarem presente no projeto?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Acho que está suficientemente esclarecido.

Estou um pouco preocupada com o tempo e precisamos dar um encaminhamento, caso contrário, ficaremos novamente discutindo.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Tenho uma proposta de encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – O Professor Murilo pediu a palavra, mas, antes, passarei para o Daniel.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO –
Evidentemente, a minha proposta de encaminhamento tem uma preliminar, pois penso que o Conselho tenha atribuições para discutir a questão do operador digital, pois, de repente, essa questão apareceu aqui e teve, para mim, ressonância kafkiana, quer dizer, se não temos atribuições para discutir o assunto, porque o estamos discutindo há tanto tempo? É uma questão preliminar a ser formulada no tempo adequado.

Penso que o operador de rede tenha uma incidência evidente sobre os conteúdos, penso que, se entregarmos o operador de rede a uma empresa internacional, será uma imprudência, um erro político grave, um erro estratégico grave. Como essa questão está prevista no projeto atual, tenho levantado esse assunto aqui, que tem uma incidência evidente. Vamos ficar discutindo conteúdos de programas e, de repente, seremos reféns de uma empresa internacional.

Tenho insistido, desde o início, inclusive quando propus bloquear o trâmite do projeto, e foi argumentado que era contraproducente, fosse qual fosse a decisão do Conselho, poderia ser retomado mais tarde. Evidentemente, se o Conselho toma uma decisão, e pessoas do próprio Conselho ou a Diretoria da EBC consideram que essa decisão, juridicamente, seja inconsistente, pode questioná-la aos tribunais ou pode não cumpri-la, sob o argumento de que é inconsistente juridicamente. Caberá ao Conselho verificar se cabe a ele ou não levar isso à frente, mas, no mínimo, uma recomendação o Conselho pode aprovar.

Penso que faça parte do projeto atual a possibilidade de entregar o operador digital a uma empresa internacional, o que está escrito no projeto, mas vejo ser algo imprudente. Queria bloquear essa situação, é a minha posição; se perder, paciência, mas acho que se trata de uma questão maior.

Todos os argumentos foram avançados, não sei se porque estou estudando isso por necessidade na minha pesquisa atual, mas, no debate da criação da Petrobrás no Brasil, esse mesmo tipo de argumento era levantado, parecia que estava lendo as páginas do debate: não temos condições tecnológicas, não há tempo, a empresa estatal é pesada, é difícil, não podemos contratar, temos que fazer concurso. São os mesmos argumentos.

Então, não criemos um ente público para explorar o nosso petróleo, quer dizer, sempre que há PPP, e o ministro falou nisso, quais são os resultados? Eles só querem ganhar a ponte Rio/Niterói, só querem ganhar estradas já construídas. No metrô, no Rio de Janeiro, é o privado que explora o metrô, mas quem faz as estações é o público. Essa é a PPP que funciona lá.

Penso que o Conselho tenha amadurecimento ou se não o tem que faça um seminário. Concordo plenamente com a posição do Murilo a respeito de um seminário que seja precedido muito mais com discussões técnicas do que com discussões que ele mencionou, que ele avançou.

A minha proposta é a de que afirmemos a atribuição do Conselho para discutir esse assunto e deliberar. Se considerar, depois da discussão, que vale uma recomendação ou uma deliberação é soberano para isso, a não ser que alguém prove, o que não estou convencido, que isso não tem consistência jurídica nenhuma. Sustento que, se o Conselho tem atribuições para discutir os conteúdos e os programas, discutir também a questão desse operador digital, ele é absolutamente fundamental para que existam os programas.

Sustento que esse nome que ficou manchado com a Lei da Anistia, dos crimes conexos, é uma questão conexa, a discussão da produção dos conteúdos.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Tenho um encaminhamento a fazer, não sei se concordarão. Depois de termos analisado e apontado problemas tecnológicos, problemas de integração de tecnologia e conteúdos, de terceirização de operador, vários aspectos do projeto, surgiram algumas propostas, e estava tentando enxugá-las.

A primeira proposta foi a de que houvesse um seminário. Várias vezes esse nome apareceu e uma proposta mais concreta sobre o que seria o seminário veio do Professor Murilo, sobre a relação do projeto do operador de rede e a questão da distribuição de conteúdo. Se o seminário poderia ser, por exemplo, com essas duas temáticas, além da relação e integração entre elas. Depois, apareceu a discussão entre as recomendações e deliberações do Conselho.

Segundo o que anotei, merecem recomendações gerais alguns aspectos do projeto e outros merecem deliberações naquilo que se relaciona ao tecnológico com o conteúdo. Para isso, creio que poderíamos formar um grupo de trabalho pequeno, enxuto – e aí as

manifestações são importantes –, para que possa, no prazo de, talvez, até a próxima reunião, que ocorrerá no dia 9 de novembro, pois em outubro não teremos reunião, apresentar ao Conselho, que aprovará ou não a resolução, sobre essas deliberações e recomendações, nos aspectos gerais do projeto e nos aspectos mais da relação entre a tecnologia e o conteúdo.

Se todos concordarem, teríamos o seminário, e a questão do tempo do projeto, do tempo da discussão do Conselho, tem de ser levada em consideração, não sei se daria para acontecer até dezembro, porque temos...

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Não podemos fazer o seminário em outubro, visto que não temos reunião programada?

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUSA MARTINS
(Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Temos uma preliminar, sinceramente, que é a natureza da decisão que se toma aqui.

Se bem entendi, o ponto de vista do Conselheiro Daniel, que respeito, mas discordo, pois, para mim, uma coisa é discutir o assunto, e podemos discuti-lo à vontade, agora, deliberar sobre ele, a meu ver, numa questão como esta, se vai criar uma estatal ou se vai ser uma PPT, não é uma atribuição deste Conselho, que trabalha com conteúdo; tudo é conexo na vida.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Mas seriam recomendações de aspectos gerais.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUSA MARTINS
(Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Mas é diferente. Recomendação, sugestão é diferente de uma deliberação.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Mas estou falando nos dois, Ministro. O primeiro seria recomendações ao projeto. Recomendações conforme foram discutidas aqui. As deliberações seriam relacionadas à tecnologia e

ao conteúdo. Quais os aspectos tecnológicos vão influenciar conteúdo?

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUSA MARTINS

(Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Sinceramente, por que se vai deliberar sobre tecnologia? Acho que não se deva.

A minha opinião é a de que existe algo referente à competência. Como Presidente do Conselho de Administração, um plano de cargo e salário tem a ver com conteúdo, mas não tem que vir para cá, pode até se discutido aqui, mas não tem de ser aprovado ou rejeitado aqui. Um plano de operador digital não tem de ser aprovado ou rejeitado aqui. É justo e legítimo discutir, debater, aprofundar, fazer recomendações, mas o local que dá legitimidade a ele não é este Conselho, que trata de conteúdo.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Sei, mas a é que foram colocadas aqui questões tecnológicas, e apontadas pelo Conselheiro Takashi, que, talvez, possa falar melhor do que eu, de que algumas questões tecnológicas

apontadas no projeto vão afetar profundamente os conteúdos. Se o Conselho não deliberar sobre isso, acho que não temos o que discutir aqui.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Presidente, uma questão de ordem. Não tenho voto, mas preciso falar, visto que se está fazendo um encaminhamento.

Preciso chamar a atenção do Conselho para a palavra deliberação. O art. 17 da lei que cria a EBC usa a palavra deliberar três vezes: “compete ao Conselho Curador deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas, integrantes da política de comunicação proposta pela Diretoria Executiva da EBC; deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre a sua aplicação prática; deliberar pela maioria absoluta de seus membros quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta lei”.

No mais: “compete ao Conselho Curador zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos da lei, opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos da EBC,

encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas 18:03 em cada reunião e eleger seu presidente entre seus membros”.

A palavra deliberar aparece três vezes nas questões que acabei de ler. Então, acho que o Conselho precisa conhecer mais a lei, ler a lei, o que é indiscutível, é transparente, é cristalino.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Temos deliberado sobre questões, estamos seguindo a lei, acho que não há nenhum problema, essa questão do operador digital tem suscitado esse questionamento, da minha parte e de todos nós quanto ao papel do Conselho. Sinceramente, pensei que, depois de tanta discussão, pudéssemos chegar a algumas deliberações que afetam o conteúdo e vão, em última análise, zelar pelo nosso papel pelo que estamos produzindo de positivo para o funcionamento da empresa.

Agora, se não há possibilidade de deliberar sobre nada, vamos formar um grupo de trabalho para fazer as recomendações. Podemos continuar a discutir esse tema importante, complexo, nos seminários e, depois, fazemos algumas recomendações. Daí, acabou a nossa discussão e passamos a discutir outros assuntos.

Pelo que assisti aqui, há divergências muito grandes. O meu papel como Presidente é um pouco difícil em relação a esse aspecto, pois não chegamos a nenhum consenso, temos problemas profundos em relação ao projeto e fazemos o quê? Que venha outro encaminhamento, se esse não é o melhor, talvez tenhamos outro.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Não podemos deliberar sobre um seminário como o Murilo está propondo, nos moldes dele, e, ao final do seminário, pois me parece que seria impróprio, decidirmos, agora, se o Conselho tem condições de deliberar ou, apenas, de recomendar sobre a questão do operador digital.

Tenho uma posição definida, a Presidente tem a sua interpretação jurídica, mas permito-me ter outra, pois a lei é sempre sujeita a interpretações. Como a Presidente disse, ontem, ninguém é burro aqui e não só ela não é burra como também não somos. Temos interpretações diferentes que podem se chocar e prevalecer uma em relação à outra, dependendo da maioria.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Penso que seria importante, agora, darmos encaminhamento ao seminário, visto que foi muita coisa acordada entre todos e, depois, formar um grupo de trabalho para, primeiramente, formular as recomendações. Se não se tornar deliberações, é uma questão de interpretação da lei.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Primeiro, haveria o encaminhamento do Conselho, formalmente, do trabalho realizado pelo Conselheiro Takashi à Diretoria de Serviços para que ela possa se valer da excelência do trabalho de análise, quer dizer, não estamos deliberando que o que está aqui tem que ser, simplesmente, dizendo que o Conselheiro, em nome do Conselho, realizou um trabalho técnico para que o encaminhe, formalmente, à Diretoria de Serviços, que, aliás, tem conhecimento do seu teor. Enfim, creio que possamos aprovar esse encaminhamento.

O segundo ponto, que vai de encontro à idéia do grupo de trabalho, e acho que não precisamos de um grupo de trabalho, é que – talvez eu esteja querendo falar uma palavra em francês, língua que não domino, diga-se de passagem – o Conselho indique o Conselheiro Takashi para *liaison* do Conselho com a Diretoria de Serviços, de modo que o Conselho esteja, permanentemente, entendendo as questões que estão sendo discutidas na questão do operador de rede.

Por último, para não dizer que estou me omitindo, quero concordar, discordando do Conselheiro Daniel, pois vejo, cristalinamente, as atribuições do Conselho e não cabe a ele deliberar sobre uma questão, por exemplo, como a parceria público/privada, de tomar uma deliberação. Preocupa-me, inclusive, se avançarmos muito na discussão de criar certo impasse institucional no âmbito da EBC. Seria gerar um conflito entre o Conselho Curador numa questão legalmente polêmica, no mínimo, o que gera, pelo menos, um desconformo institucional.

Para mim está claro, pois, quando fui convidado para o Conselho, entendi quais eram as atribuições que deveríamos discutir. Seria tentar limpar um pouco a área das nossas atribuições. Se vamos ou não fazer o seminário, acho que seria interessante, com essa inversão, que não elimina a discussão do operador de rede como o canal de condução das programações, evidentemente, que é fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Exatamente, em relação à continuidade da discussão ou recomendações em relação ao assunto operador de rede digital, qual seria?

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Ele encaminharia o documento do Conselheiro Takashi e recebe a nossa delegação para acompanhar a Diretoria de Serviços no andamento do processo, e faz-se o seminário com esse formato, que teríamos de pensar um pouco melhor, mas coloca a questão dos conteúdos dos novos canais não exatamente à frente, pois uma coisa não elimina a outra. Não vejo a necessidade de se tomar uma deliberação formal sob se deve ser uma parceria público/privada ou ente público, o que não vejo necessidade.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Não falei isso exatamente, mas, como nós, a partir de agora, vamos dar encaminhamento em relação ao tema, porque temos discutido um tema e dado encaminhamento às resoluções ou recomendações. Parece-me que ainda fica em aberto esse ponto, ou fechamos aqui, pois todos estão esclarecidos, e, apenas, acompanhamos o projeto.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – A minha proposta é a de acompanhamento, até porque, vou usar uma expressão do Conselheiro Paulo Sérgio, é ciclópica a nossa missão. Tem-se reunido nas câmaras, há reunião do jornalismo, temos feito reuniões coletivas, conversamos, ontem, com a Nereide sobre novas questões relativas ao jornalismo, quer dizer, temos uma serie de questões em relação aos conteúdos e à programação que devem merecer prioridade neste Conselho. Essas são as nossas questões fundamentais.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Exatamente, a minha questão é esta: fizemos uma reunião extraordinária, todos estamos melhor esclarecidos, mas, agora, precisamos dar encaminhamento a essa questão ou vamos estar todo o tempo indo e voltando ou solicitando que o Conselheiro Takashi seja um representante do Conselho, que acompanhe o projeto e nos dê, eventualmente, mais informações sobre o andamento, traga novas questões; é o que precisamos definir agora, porque, senão, vamos continuar navegando de forma a voltarmos a discutir, mas sem nenhuma recomendação maior. Precisamos definir: o seminário vai nos levar a quê?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Deixa o seminário se realizar e, depois, quando chegar ao seu final, o Conselho delibera se vai, apenas, recomendar ou se vai também deliberar.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Então, segue a proposta que havia dado, de realizar o seminário e, depois, faz-se as recomendações.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUSA MARTINS (Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Tenho uma ponderação que é a seguinte: não sei quando vai se realizar o seminário, não acho que, também, o ritmo dele será o ritmo do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Há o tempo do projeto e o tempo da discussão do Conselho, é essa a preocupação. O tempo do seminário não pode ser antes de um mês, pois tem que se organizar; até pediria, se fosse o caso, para fazê-lo em parceria com a EBC, é claro. Talvez, o Diogo e o Otávio

pudessem coordená-lo, assim como o Professor Murilo, o Daniel ou quem mais quiser. Mas o seminário deverá acontecer, provavelmente, no final de outubro ou no início de novembro.

CONSELHEIRO CARLOS EDUARDO BIELSCHOWISKY

(Representante do Ministério da Educação) – Queria reiterar a preocupação do Ministro Franklin, de que o projeto tem o seu andamento, e uma coisa não pode atrapalhar a outra, quer dizer, sem essa conotação, uma vez que não é deliberativo, que trata de recomendação. É essa a idéia, de não vinculá-lo ao...

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Pelo que entendi não deve ser, exatamente, num primeiro momento.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWISKY

(Representante do Ministério da Educação) – Outra questão que queria colocar em relação ao seminário é a de que estamos discutindo duas questões: uma delas é o conteúdo vinculado à TV Brasil, outra é a política de conteúdos digitais do País, que, inclusive, está sendo

objeto de um trabalho em conjunto, ligado ao Plano Nacional para Banda Larga e a um contexto mais amplo.

Queria saber se a proposta do Murilo é específica, vinculada à atribuição maior deste Conselho, que é o conteúdo da TV Brasil; enfim, da EBC, ou se ela pretende abordar outra questão que está sendo discutida, daí é necessário convidar o Ministério da Cultura (MinC), pois existe todo um trabalho que está realizando na questão de uma discussão mais ampla, que estamos participando também.

Qual é o foco? Mais amplo, de restringir à atribuição deste Conselho. Estamos tratando de conteúdos de TV não de conteúdos como um todo.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Entendi, Carlos Eduardo, seria mais conteúdos de TV e não entrar muito em multimídia, em internet etc. Caso contrário, nos perderemos.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWISKY
(Representante do Ministério da Educação) – Sou físico e, em Física,

existe algo chamado de entropia, cálculo do logaritmo, dependendo do número de estados do sistema.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Passo a palavra ao Conselheiro Takashi.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Gostaria de dizer que me sinto bastante frustrado com isso. É claro que vamos fazer o seminário, pois é muito importante, mas, em relação à discussão sobre o operador de rede, sinto-me bastante frustrado. Vou explicar melhor, Ministro, aproveitando a presença do Professor Murilo – nos encontramos num congresso da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), em 2001, e, após, ficamos algum tempo sem nos vermos.

Tínhamos acabado de soltar um documento pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), um relatório integrador dos aspectos técnicos e mercadológicos da televisão digital, e o Murilo elogiava o trabalho, dizendo que era legal o que havia sido feito. Finalmente, conseguiram quebrar o discurso das emissoras comerciais de que a TV digital é só tecnologia, porque, até o ano 200, desde que

os testes foram iniciados – em 1998 e, também, antes disso, havia uma discussão em *site* aberto, desde 1995 ou 1996, mais ou menos a partir de 1998 –, que passou para a atribuição da Anatel, de 1998 até o ano 2000; a Abert e as emissoras privadas bateram o pé de que TV digital era apenas uma questão tecnológica e que a decisão tinha que ser, exclusivamente, tecnológica.

No relatório integrador dos aspectos técnicos e mercadológicos, foi um trabalho que envolveu vários profissionais, inclusive profissionais da Anatel, quebramos esse discurso e mostramos que a TV digital não era uma mera questão tecnológica e tinha muitas implicações sociais inclusive.

O Decreto nº 4.900, de 2003, que estabelece os objetivos do projeto Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), diz, no seu art. 1º, que são objetivos do projeto SBTVD, inciso I, promover a diversificação dos conteúdos e a democratização do acesso à informação. Esse Decreto, de certa forma, é decorrente desse estudo relatório integrador, realizado no ano de 2000/2001.

Portanto, no momento em que várias pessoas aqui dizem que a questão do operador de rede não tem nada a ver com o conteúdo, sinto-me frustrado, não culpo os senhores, sinto-me frustrado por mim, pois, novamente, estou sendo incapaz de mostrar

algo óbvio, a obviedade de que o projeto de rede, do jeito que está sendo feito aqui, se for implantado do jeito que está apresentado aqui, não propiciará a democratização da informação, não propiciará o acesso universal à informação. Ora, isso não é conteúdo senhores? Então, sinto-me frustrado. É o que queria dizer.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Como fui citado, até para não parecer contraditório, tenho a impressão de que o Conselheiro Takashi, com todos os nossos anos de “beira de calçada”, entendeu diferente; pelo contrário, estou reafirmando. Considerarei tão fundamental a contribuição que fez que pedi que fosse encaminhada, formalmente, pelo Conselho ao Garcez e à equipe dele para levar em conta as questões levantadas, que são importantíssimas. De modo que não se tem como separar a discussão de conteúdo da discussão técnica de rede; apenas propus uma inversão, e sempre concordamos em não fazer a discussão de televisão ou o que quer que seja a partir da lógica da tecnologia para se partir da lógica daquilo que se quer que chegue à sociedade.

Foi essa impressão, agora, pelo trabalho que o Takashi fez e a contribuição que deu para o Conselho, mas, pelo contrário, deve ser encaminhado, imediatamente, ao Conselheiro Garcez, pois existem situações que impactam o próprio edital. Li o documento com atenção e isso tem que ser levado em conta, caminhar para isso.

O que foi deliberado e discutido aqui é outra questão. Se o Conselho delibera ou não sobre se vai ser PPP, concordo que esteja fora da nossa atribuição; agora, o Conselho contribuir com a sua expertise, no caso, a sua presença é muito importante e tem que ser valorizado. Sugeri que se fizesse a ligação, insisti nisso, entre o Conselho e a área do Garcez para podermos ter a informação técnica qualificada para que o operador de rede cumpra a finalidade fundamental, que é democratizar, assegurar o direito à comunicação, senão, nego a vida inteira de trabalho. Pelo amor de Deus, de modo algum.

Só queria registrar isso.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO (Vice-Presidente) – Queria lembrar, já que a Tereza leu as competências do Conselho, que o art. 17, inciso II, diz: “zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos desta lei”. Art. 3º: “opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta lei”. Penso que não haja discussão quanto a isso.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Opinar não significa deliberar.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO (Vice-Presidente) – Ninguém está falando isso. Estamos propondo outra coisa: fazer recomendações. Ninguém está pensando em deliberar nada. Então, temos essa atribuição, sim, de zelar e opinar, e penso que poderia ser um encaminhamento.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Perdão, quero resguardar a minha posição de que vou tentar melhor defender, ao longo deste mês, antes do seminário. Penso que caiba, se o Conselho julgar procedente, deliberar sobre esse assunto.

Quanto à recomendação e à opinião, é unânime, mas, quanto à deliberação, há uma questão controvertida aqui dentro.

Proponho que não resolvamos isso agora, em virtude do adiantado da hora e pelo fato de vários conselheiros já terem se retirado, que organizemos um seminário até o final do mês de outubro nos moldes que o Professor Murilo propôs; voltarmos à discussão de

toda essa questão e, no final, aprovarmos as recomendações ou, se for o caso, se o Conselho considerar a sua soberania inatacável, que delibere.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos fazer uma comissão para dar encaminhamento ao seminário e, depois, discutiremos as questões referentes à deliberação, à opinião etc.

Gostaria de saber se existem alguns voluntários para a Comissão, que dará força à condução do seminário.

Professor Murilo, Professor Daniel, Professor Takashi. Alguém da EBC poderia recomendar?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente) – Presidente, esse encaminhamento não é racional. O projeto está andando. Penso que as contribuições do Conselho devam ser muito bem-vindas, e a EBC deve responder, aliás, a Secom, que é a titular, agora, do projeto, pois não é mais a EBC, como expliquei no começo. A EBC não será mais a titular do projeto.

Quem dialoga com os outros envolvidos? Vai haver um seminário. É para ficar tudo parado até outubro?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Ninguém falou nada disso, vamos tocando.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente) – Penso que as contribuições devam ser bem-vindas, e a EBC deveria, inclusive, responder...

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Mas a primeira contribuição já vai ser dada.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente) – ...se isso está acolhido. Por exemplo, ele propõe acolher o rádio na plataforma. Se não dá para acolher o rádio, responder o porquê de o

próprio Governo Federal, que é quem compete deliberar qual será a tecnologia de rádio digital, decidir sobre isso. Penso que seja algo mais prático. Se for fazer um seminário para o final de outubro... O projeto, se andou, vão dizer que ignoramos as contribuições do Conselho, porque vai andar.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUSA MARTINS

(Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Acredito que não vai ficar parado esperando os finais. Mas ninguém quer atropelar.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – As primeira contribuições serão dadas, encaminhando o documento que o Professor Takashi elaborou. Acho que é a primeira contribuição. A segunda será dada a partir do seminário. Não há consenso, mas muitas divergências. Não podemos tomar, agora, uma decisão.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Acho que, à medida que o projeto deixou de ser da titularidade da EBC, extrapolou completamente.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Penso que uma coisa

não exclua a outra. Embora o projeto vá parar na Secon, fiz alguns comentários e acho que você não estava presente no momento, de que vários programas que estavam apontando aqui não têm a ver com o problema da titularidade; mesmo que vá para a Secon, os problemas continuarão existindo. Então, alguma resposta tem de ser dada.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães

Vieira) – Temos três voluntários, entre aspas. A EBC poderia indicar alguém?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Penso que o Conselho deva organizar, com toda a liberdade, o seminário, e nós o acompanharemos e o assistiremos, mas gostaria deixar dito de a EBC não ser a executiva dele.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Está bom. Vamos dar os encaminhamentos e voltaremos a nos falar por *e-mail*, se for necessário tirar alguma dúvida que tenha ficado.

A reunião será no dia 9 de novembro. Podemos realizar o seminário no final de outubro.

CONSELHEIRO LOURIVAL ANTONIO MACEDO – No início da segunda quinzena de outubro será uma data melhor, por volta dos dias 15 ou 16.

Só para lembrar que a importância de discutir esse assunto, no que houve divergência, parece-me que não é competência do Conselho, mas acho que seja, porque temos muitos problemas que afetam a programação.

Anteontem, a Agência ficou fora do ar, o que incorreu em uma enxurrada de telefonemas.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente)

– Tal fato não tem nada a ver com o operador de rede. Expliquei, ontem, o que ocorreu.

CONSELHEIRO LOURIVAL ANTONIO MACEDO –

Quanto ao transmissor, por exemplo, estamos fazendo entrevistas na rádio com os candidatos ao Governo do Distrito Federal.

Anteontem, na hora da entrevista de um dos candidatos, o transmissor saiu do ar também. Daí, ficou a discussão se teríamos de repetir a entrevista, porque no início da entrevista caiu. A conversa foi no sentido de que, se não tivéssemos começado essas entrevistas, não iríamos fazer entrevistas com os candidatos. Tal situação não iria afetar a programação? Afetaria.

Penso que tais situações tecnológicas temos que discutilas sim, mesmo esse sistema da informática que, há 3 anos, os técnicos estão dizendo que vai haver um colapso, com já houve.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Prefiro que a comissão se reúna e apresente uma data ou poderíamos nos falar por *e-mail*.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Por que não marcamos logo?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora Presidente) – Presidente, uma questão de ordem, gostaria que a comissão encarregada pelo seminário, conversasse com a Diretoria Administrativa da EBC e a Diretoria Jurídica para ver alguns aspectos logísticos. Por exemplo, poderá a EBC fornecer passagem para as pessoas de fora participarem do seminário? Não sei. É preciso verificar tais situações antes que se planeje algo e, depois, não possamos atender, como que tamanho é o seminário, se envolve pessoas de fora e o que se está esperando.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Farei uma proposta da data do seminário: dia 25 ou 26 de outubro todos poderiam participar?

Então, marcamos.

Muito obrigada a todos.